

**A Assembleia vai discutir
a lei da «segurança interna»;
o povo já tem opinião:**

não!

- não à existência de polícias que podem espiar toda a vida particular de um cidadão
- não à existência de computadores onde o Governo acumula todas as informações sobre cada português
- não à possibilidade de os nossos telefones serem postos sob escuta porque o dr. Soares quer, a nossa correspondência ser violada por que o sr. Eduardo Pereira entende, a nossa casa ser invadida porque o sr. Mota Pinto decidiu
- não à possibilidade de o dr. Soares proibir sem ter que dar satisfações qualquer reunião, qualquer manifestação e até qualquer espectáculo ou festa
- não a uma lei que pretende fazer de cada funcionário público um bufo e de cada português um espião dos outros portugueses
- não a uma lei que cobre cada distrito português com uma organização chefiada pelos governadores civis que pode dirigir as polícias e decretar «estados de excepção» quando entender
- não à existência de polícias secretas que dependem só do Governo e que mais ninguém controla



Um passo importante no avanço da já poderosa organização do Partido no distrito de Setúbal

COMUNISTAS DO DISTRITO DE SETÚBAL FAZEM BALANÇO DO TRABALHO E PREPARAM TAREFAS FUTURAS

A realização da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal comprovou a decisiva influência política, social e cultural do PCP no distrito e lançou bases para a melhoria e alargamento do trabalho. No final dos trabalhos, o **secretário-geral do PCP** pronunciou um **discurso** onde, para além dos aspectos da assembleia e das questões nela abordadas, se **analisa** questões candentes da actualidade nacional como a ofensiva fascizante do Governo e a acção desencadeada contra as «FP 25 de Abril» — Páginas 4, 5 e 6

ÁLVARO CUNHAL EM BRAGANÇA

Analisar o trabalho realizado pelo Partido no concelho, discutir perspectivas da acção futura e eleger a Comissão Concelhia do PCP — estes os principais objectivos da 2.ª Assembleia da Organização dos comunistas de Bragança, que decorrerá no próximo domingo, no ginásio da Escola Secundária da Sé, a partir das 10 da manhã.

O camarada Álvaro Cunhal intervirá na sessão pública de encerramento da Assembleia, marcada para as 17 e 30.

apesar da crise...

FESTA DA ALEGRIA

- Comício com
Álvaro Cunhal
no sábado,
às 21 horas



BRAGA

3, 7 E 8 JULHO
PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES



Vamos conseguir 60 mil contos para comprar o Vitória!

VAMOS COMPRAR O CENTRO VITÓRIA

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP divulgou na segunda-feira a seguinte informação:

1. A DORL do PCP adquiriu o edifício do antigo Hotel Vitória que, desde 1975, funciona como Centro de Trabalho da Organização Regional de Lisboa do Partido.
2. Situado em plena Avenida da Liberdade, o Centro Vitória — peça importante da arquitectura nacional — é um ponto fundamental da actividade do Partido na Região de Lisboa, o seu Centro de Trabalho mais conhecido e movimentado, ali se desenvolvendo regularmente uma intensa actividade política e cultural. Disso são exemplo quer as muitas sessões e debates ali realizados com a participação de milhares de militantes comunistas e de outros democratas, quer as cerca de 9000 reuniões que nele se efectuaram só no ano de 1983.
3. É, pois, com grande alegria que a DORL anuncia a decisão de adquirir o «Centro Vitória» assegurando assim a sua continuação ao serviço dos trabalhadores e do povo da região de Lisboa.
4. A aquisição do «Centro Vitória» envolve, naturalmente, elevados encargos financeiros. Por isso a DORL do PCP decidiu lançar desde já uma grande Campanha de Fundos com o objectivo de conseguir os 60 mil contos necessários para a compra do «Vitória».
5. Esta campanha dividir-se-á em duas fases distintas:
A primeira — a iniciar desde já, virada principalmente para o apelo a contribuições individuais por parte de camaradas e amigos do Partido.
A segunda — na qual se desenvolverá um amplo e diversificado conjunto de actividades e iniciativas — e que terá início na Festa do Avante, nos dias 7, 8 e 9 de Setembro.
6. Apesar das difíceis condições de vida impostas aos trabalhadores e ao povo pelo Governo PS/PSD, a DORL do PCP está certa de que o seu apelo terá a resposta entusiástica dos membros do Partido e de muitos outros milhares de democratas, de todos aqueles que vindo no PCP o seu Partido, o defensor consequente dos seus interesses e do Portugal de Abril, vêem no Centro de Trabalho Vitória, instrumento essencial para a continuação e o desenvolvimento da luta.

SEMANA

27

Quarta-feira



Corrupção na RFA

Mota Pinto volta a defender a revisão da Constituição na sua parte económica, afirmando que «a irreversibilidade das nacionalizações é incompatível com a necessidade de se fixar definitivamente um regime de indemnizações» aos empresários, com cujos representantes esteve reunido ■ A AR aceita debater uma proposta de lei do Governo sobre o regulamento do exercício de tutela sobre as autarquias, rejeitando proposta em contrário do PCP ■ O presidente francês, François Mitterrand, vem a Lisboa desejar «boa sorte a Portugal na sua integração na CEE» ■ Demite-se o ministro da Economia da RFA, que vai ser processado por corrupção ■ Israel volta a bombardear o norte do Líbano ■ A aviação iraquiana ataca dois navios ao sul da ilha de Kharg ■ A França ganha o campeonato europeu de futebol.

28

Quinta-feira

A Associação Portuguesa de Escritores expressa ao presidente da AR a sua «mais séria preocupação» pelo teor da proposta do Governo sobre «segurança interna» ■ O Supremo Tribunal de Justiça manda repetir o julgamento do presumível assassino do dirigente da OLP, Issam Sartawi, morto em Montebelo o ano passado durante o Congresso da Internacional Socialista ■ O conselho de gerência da TAP pretende despedir 700 trabalhadores da empresa no estrangeiro e antecipar a reforma de 600 que trabalham em Portugal ■ A Assembleia Municipal de Lisboa aprova moção de censura a Abecasis pelas constantes ausências do presidente ou de um seu representante às sessões daquele órgão ■ É assinado no Porto o contrato para a execução das obras da nova ponte ferroviária sobre o Douro ■ Vinte pessoas, entre as quais 16 jornalistas da televisão brasileira, morrem num desastre de avião ■ A Frente Ampla anuncia que vai apresentar Liber Seregni como candidato às eleições presidenciais do Uruguai, em Novembro próximo ■ A guerrilha salvadorenha ocupa a barragem de Cerro Grande, a mais importante da América Central ■ Cuba liberta 26 contra-revolucionários por intervenção de Jesse Jackson, candidato às presidenciais norte-americanas.

29

Sexta-feira



Soares ao desafio

A maioria governamental aprova na AR duas autorizações legislativas para que o Governo continue mais dois vultuosos empréstimos no estrangeiro ■ A APU anuncia em Castelo Branco que vai apresentar ao MAI um pedido de sindicância às irregularidades da gestão municipal ■ Mário Soares preside à sessão de abertura da chamada conferência «desafio democrático na América Latina», em que participam conhecidos figuras ligadas à CIA e ao presidente dos EUA ■ A comissão pro-sindical da PSP divulga um comunicado onde afirma que a neutralização do terrorismo exige uma resposta democrática, ao mesmo tempo que critica a proposta de lei de «segurança interna», que pretende militarizar a PSP ■ O semanário britânico «The Economist» afirma num suplemento dedicado a Portugal que a «miséria de muitos portugueses» é o preço da política económica do Governo de Mário Soares ■ Os sindicatos bolivianos entram em estado de alerta face ao perigo de um golpe de Estado após a sublevação de militares em Cochabamba.

30

Sábado



Reunião de Abrantes

Cento e vinte elementos da ex-CNARPE reunidos em Abrantes decidem lançar as bases de uma nova estrutura política que pretende ser uma «alternativa» ao quadro partidário existente ■ Começa em Setúbal a primeira Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP ■ Por iniciativa da CNA realiza-se um debate entre agricultores, economistas, técnicos agrícolas e professores universitários sobre as formas de reduzir o défice externo e relançar a economia nacional ■ Vários portugueses acusados de burla, são presos em Caracas, Venezuela ■ Termina em fracasso a «conferência do desafio» patrocinada por Mário Soares, onde não só muitas vozes se levantaram contra o FMI e a administração Reagan, como não se concretizou a esperada participação de Felipe Gonzalez ■ O presidente da Bolívia é sequestrado por um grupo de 60 militares e polícias ■ Prosseguem em Maputo as conversações entre Moçambique e a África do Sul.

1

Domingo

Mais de mil personalidades enviam aos órgãos de poder um documento «de alarme, de protesto e de reclamação contra a eventual aprovação, pela AR, da chamada «lei de segurança interna» ■ A Comissão de Trabalhadores da CP denuncia que a gerência e o Governo pretendem encerrar 814 quilómetros de linha, modificar a exploração de 200 estações e reduzir o número de trabalhadores ■ Começa em Tomar a Festa dos Tabuleiros ■ Alvaro Cunhal afirma em Setúbal que, em vez do «socialismo democrático», Mário Soares «está procurando restaurar em Portugal um capitalismo totalitário» ■ É libertado o presidente da Bolívia, Siles Zuazo, que reassume as suas funções ■ Um porta-voz militar do Iraque anuncia que foram destruídos cinco alvos navais iranianos e um caça-bombardeiro do Iraque.

2

Segunda-feira

O primeiro-ministro Mário Soares afirma, no final de um encontro com Lucas Pires, dirigente do CDS, o seu interesse no diálogo e cooperação com aquele partido, que identifica como a «oposição democrática» ao seu Governo; a comunhão de pontos de vista no que toca à adesão à CEE e não só leva o CDS a propor uma comissão tripartida de que fará parte com o Governo e os «parceiros sociais» para estudo do assunto ■ Ramalho Eanes afirma no Funchal que «tudo se deve fazer para manter os nossos emigrantes informados dos seus direitos e das condições que podem esperar encontrar no caso de retorno» a Portugal ■ A Federação dos Bombeiros de Évora admite paralisar o serviço de ambulâncias devido à perseguição que lhe vem sendo feita pela GNR ■ Chega a Lisboa Gaston Thorn, presidente da Comissão das Comunidades Europeias ■ Fernando Mamede bate o recorde mundial, dos 10 000 metros em Estocolmo, o mesmo sucedendo com Carlos Lopes que se classifica em segundo lugar ■ As fábricas de automóveis da RFA retomam laboração após sete semanas de greve do sector metalúrgico ■ A Irlanda assume a presidência da CEE ■ A farsa eleitoral na Guatemala dá a vitória à União do Centro Nacional.

3

Terça-feira

Os grupos parlamentares do PS e PSD adiam o debate sobre a lei de «segurança interna», na AR, alegando não estarem «reunidas as condições regimentais»; as manifestações de repúdio contra a lei fascista fazem-se sentir já no PS, cuja Comissão Política reúne para discutir o assunto ■ O ministro das Finanças, Ernâni Lopes, auto-elogia-se na Televisão remetendo a recuperação económica para o próximo ano; Mário Soares havia dito que tal se verificaria já neste segundo semestre ■ Andrei Gromyko realinha ao seu homólogo britânico a disposição da URSS de assinar um tratado de não agressão entre a NATO e o Pacto de Varsóvia ■ Começa no Botswana uma reunião preparatória da cimeira do Conselho Consultivo para o Desenvolvimento da África Austral.

Editorial

OS COMUNISTAS COM A LIBERDADE

É fácil demonstrar que não é exclusivamente na eficácia, na capacidade de trabalho e de realização, na honestidade e na competência que assenta o prestígio granjeado pelos comunistas nas autarquias e nas organizações de massas. Muito pelo contrário, todas essas características resultam de uma outra bem mais profunda e que é em si própria a base mesmo de uma formação democrática, de um comportamento político de respeito pela liberdade e pela democracia: o profundo e permanente respeito pelos interesses populares, a concepção da política como um serviço à comunidade perante a qual se é permanentemente responsável.

É igualmente necessário reconhecer que a realidade defronta essa outra que é a dos poderosos meios de propaganda e intoxicação na posse da direita. Estes permitem-lhe não só mentir e falsear os factos, como também bloquear o processo de compreensão, a apropriação de ideias que permita passar do conhecimento de uma realidade particular para uma visão mais geral que incida globalmente no comportamento político global de cada cidadão.

Faz-se também de silêncios esta campanha de mentiras. E é particularmente significativo o cuidado posto pela ofensiva ideológica da reacção portuguesa em ocultar e tentar fazer esquecer o que foram cinco décadas de repressão e exploração fascistas.

Muitas razões se podem alinhar para explicar tal silêncio, mas sem dúvida que entre elas avulta em lugar de destaque o objectivo de, juntamente com o fascismo, fazer esquecer a luta antifascista.

Remeter ao olvido o amor à liberdade presente em cada minuto, em cada sacrifício, em cada acto heróico, em cada vontade persistente do dia-a-dia de luta que acompanhou o dia-a-dia de opressão é indispensável à campanha anticomunista.

Porque nem o mais descabelado embusteiro pode ocultar aquilo que todo um povo sabe: em todas as lutas, em todos os combates, em todos os esforços contra o fascismo, os comunistas ocuparam as primeiras linhas.

Não ignora a direita que bastam os duros anos da luta clandestina para que firmemente os comunistas possam afirmar que não têm a receber de ninguém lições sobre fidelidade à democracia e à liberdade.

Com a concisão nascida da experiência da vida, diz o povo que «o que é — tem muita força».

E se o que é, o que sempre foi tem sido uma vigorosa arma de combate contra a mentira o que está a ser — tem muita força!

A pura e transparente verdade é que, nestes dias que vão correndo, assistimos ao mais estrondoso clarificar de quem efectivamente, em Portugal, está com a liberdade e contra a liberdade, de quem está com a democracia e contra a democracia.

Durante os últimos anos, todos os políticos do PS ao CDS vozearam sobre as diferenças em Portugal passavam porque eles, os «democratas», eram contra a Reforma Agrária, as nacionalizações que tinham características «totalitárias» e eram a favor da liberdade e da democracia; os comunistas eram a favor da Reforma Agrária, das nacionalizações, etc. — e eram contra a democracia.

Os comunistas portugueses, clamaram todos eles em tons diversos, não aceitavam a democracia parlamentar, não aceitavam o sistema de partidos, não aceitavam a liberdade de imprensa e de expressão do pensamento, ansiavam pela constituição de polícias repressivas, tinham uma visão totalitária do Estado — e etc.

Eles, claro, eram, tão-só... democratas!

Ora, pois, aqui está!

O dr. Soares e o seu PS, o dr. Pinto e o seu PSD, o dr. Pires e o seu CDS estão todos de acordo com o que presentemente o Governo faz.

A saber: lançar polícias contra manifestantes e preparar legislação para proibir manifestações; criar polícias e mais polícias e criar legislação para que elas possam espiar, controlar, reprimir todos os portugueses que com eles não concordem; sabotar o funcionamento de todas as estruturas democráticas do Estado — das autarquias à Assembleia da República, das juntas de freguesia aos tribunais; tentar alterar todo o quadro de funcionamento

PCP

Delegação do PCP na Polónia

A convite do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, visitou a República Popular da Polónia, de 24 a 30 de Junho, uma delegação de estudo do Partido Comunista Português composta por Blanka Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Ernesto Afonso, membro do CC e Teresa Mónica, da Secção Internacional.

Durante a sua estadia na Polónia a delegação do PCP encontrou-se com Josef Czyrek, membro do Bureau Político e Secretário do CC do POUN, com Wladimir Mokyszczak, membro suplente do Bureau Político, Crestaw Dega e Języ Majka, respectivamente chefes dos Departamentos In-

ternacional e de Informação do POUN.

A delegação portuguesa teve ainda oportunidade de se encontrar com Mariam Orzechowski, membro suplente do Bureau Político e Secretário-Geral do Conselho Nacional do Movimento Patriótico de Renascimento Nacional.

A delegação de estudo do PCP teve igualmente encontros com o Ministro dos Assuntos dos Sindicatos, Stanislaw Ciosek e com o Vice-plenipotenciário do Governo para os assuntos da Reforma Agrária, Zdzislaw Sadowski.

A delegação do PCP encontrou-se também com a Redacção da revista «Nowe Drogi», estando presente o seu redactor-chefe, Stanislaw Vronski, com o presidente da Cooperati-

va Operária de Edição, Zdzislaw Andruszkiewicz, e com o secretário da Associação de Jornalistas República Popular da Polónia, Wieslaw Marnc.

Realizaram-se ainda encontros, em Varsóvia, com o Comité de Voivodia e com os quadros activos da Fábrica de Automóveis FSO, que foi visitada, e em Olsztyn, com o Comité de Voivodia, e com os quadros activos quer da Fábrica de Pneus Ozos, que a delegação também visitou, quer da cidade de Olsztyn.

A visita da delegação de estudo do PCP contribuiu para um melhor conhecimento da realidade socialista da R.P. da Polónia e para o estreitamento das tradicionais relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o POUN.

Nacional

«Deixem Almodôvar em Paz»

A Comissão de Beja para a Defesa da Paz promoveu em Almodôvar, nos últimos dias de Junho, uma sessão destinada ao esclarecimento dos perigos inerentes à prevista construção da estação militar de rastreio norte-americana, para todos os habitantes da zona.

Várias centenas de pessoas participaram nesta jornada de Paz, apesar dos esforços de desmobilização por parte das autoridades, que se concretizaram, quer através da proibição da realização desta jornada no local inicialmente previsto — a Praça da República, quer pelas pressões da GNR junto de quem anunciava a realização da sessão.

Nas várias intervenções proferidas foi salientado que, mesmo no plano económico, a população de Almodôvar nada ganharia com a presença da estação de rastreio, como Beja não beneficiou com a presença dos alemães e afirmou-se com determinação que é necessário impedir a transformação do nosso país numa base agressiva a troco de um punhado de dólares.

Na jornada de esclarecimento foi aprovada uma moção.

Jovens pela Paz

A Comissão de jovens «Dêem uma oportunidade a Paz», com o apoio de diversas comissões de Paz, Associações de estudantes e colectivas, vai realizar um acampamento, no Covão D'Ametade, nos dias 21 e 22 de Julho, sob o lema «Pela Paz, pela Amizade, serra da Estrela 84». Os dois dias do acampamento serão animados com diversas iniciativas desportivas e culturais, colóquios, exposições e espectáculos.

constitucional do regime democrático — do regimento do Parlamento à lei eleitoral, da lei da greve ao direito de associação; transformar a Comunicação Social num servil instrumento da propaganda do Governo, a tudo recorrendo — da mentira ao saneamento, da perseguição à censura.

A ninguém podem hoje restar dúvidas. Aquilo a que se assiste é um ataque geral e em forma à liberdade e à democracia, é um esforço para destruir o Estado democrático e forjar um Estado totalitário.

Democrata, o dr. Soares?! Democrata, o dr. Pinto?! Democrata, o dr. Pires?!

Mas onde é que se viu democratas executarem, de uma ponta à outra, uma política para destruir a democracia?!

E também aqui está!

Aqui está a luta persistente e tenaz dos comunistas, lado a lado com outros democratas, em defesa de tudo o que Abril trouxe e que forma a democracia que conquistámos.

Aqui estão os comunistas lutando em todas as frentes, em defesa das liberdades e dos direitos, em defesa da liberdade de expressão, da liberdade de reunião e de associação, do funcionamento democrático do Estado, da liberdade de imprensa, do respeito pela legalidade constitucional.

Aqui estão os comunistas defendendo o direito à greve, o direito de reunião e de manifestação, o direito à actividade sindical.

Aqui estão os comunistas lutando pela independência do Poder Judicial, pelo respeito à arquitectura constitucional dos órgãos de soberania, pela independência das Forças Armadas, pela própria independência do País.

Aqui estão os comunistas combatendo a criação de polícias e ficheiros, ameaças e mordidas, perseguições e silêncios, censuras e mentiras.

Aqui estão os comunistas, tal como se sabe: esforçados, combativos, organizados, realizadores, incorruptíveis e firmes.

Lutando pela Reforma Agrária. Lutando pelas nacionalizações.

Lutando pela liberdade, lutando pela democracia.

Isto é — lutando pelo Portugal de Abril.

Isto é, lutando com o povo pelos interesses do povo, razão de ser e garantia da democracia, da liberdade — é da vitória.

Acampamento Nacional dos Pioneiros

Ai está: de 15 a 21, em Sesimbra, o II Acampamento Nacional dos Pioneiros de Portugal! Uma semana por certo inesquecível para as 650 crianças que foi possível inscrever — e também para os cerca de 150 crescidos que os vão apoiar e que (aposta-se!) jamais lamentarão o trabalho que vão ter.

Do programa sabem já todos eles — e aqui fica o convite para que nos contem depois. Mas vale a pena referir que entre os portugueses haverá também pioneiros da Hungria, URSS, Checoslováquia, RDA, Polónia, Cuba, Bulgária, França, Nicarágua, Angola e Moçambique — e isto só para sublinhar que a festa ainda vai ser mais rica e calorosa do que poderá parecer à primeira vista.

Quanto aos leitores do «Avante!», há, no entanto, mais qualquer coisa a dizer. Isso, exactamente o que esperam! É que 650 bocas a comer, outros tantos corpos a lavar, a cuidar, a acarinhar, precisam mesmo de ajuda. Dos Pioneiros chega, pois, o costumeiro apelo: géneros, produtos de higiene, dinheiro, tudo é bem vindo... e não chegará.

Pouco que seja! Basta avisar ou fazer chegar à Casa do Pioneiro, Rua Professor Lima Basto, 140, 1.º-Esq., em Lisboa.

Semana de luta dos reformados

Por iniciativa do MURPI, os reformados iniciaram no passado sábado uma semana de luta, decidida em conformidade com as conclusões do II Encontro Nacional sobre os Problemas dos Idosos e Inválidos, recentemente realizado. É, como dizem, «uma semana de luta contra a fome, a miséria e o aumento das rendas de casa» e ainda pelo urgente cumprimento do Caderno Revolucionário adoptado pelo MURPI.

A semana de luta consta de plenários de esclarecimento em todas as organizações de

reformados, de um dia de divulgação nacional das Conclusões do II Encontro e de concentrações de reformados em todos os distritos, no próximo sábado, para entrega desse documento aos governadores civis.

Exortando todos os reformados a unirem-se na defesa das conclusões desse seu Encontro, a Coordenadora Nacional do MURPI insiste na ligação da resolução dos seus problemas à solução dos grandes problemas nacionais, lutando contra o desemprego, a corrupção e por uma política de paz e desenvolvimento nacional.

EP

ia comprou?

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes, 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto, R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 768402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 776936 776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Haska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Junho: 44 150

Assembleia da República

Legislação antidemocrática em causa

Tanto fora da Assembleia como no hemiciclo, a proposta de Lei de Segurança Interna concentra as atenções de toda a gente. Nem o Governo tem tido a vida facilitada por manter a mesma proposta nem os deputados da maioria têm a vida descansada dos que têm a certeza de andar de consciência tranquila. Enquanto um pouco por toda a parte os protestos surgem — até de gente insuspeita de simpatias comunistas... —, tais pressões atingiram já os próprios deputados que apoiam o Governo e que mostram a sua inquietação.

Não foi certamente por acaso que se reuniu na segunda-feira à noite a Comissão Política do PS. Na origem da sua convocação estavam as assinaturas de 16 deputados socialistas. Nomes destacados, entre os quais o do próprio presidente da AR, levaram à concretização daquela reunião onde foi discutida a famigerada proposta governamental.

Entretanto, apesar de agen-

dada para ontem, acreditava-se que a proposta só poderia vir a ser discutida a partir de hoje na Assembleia. Uma série de diplomas, de ratificações e de impugnações atropelavam-se. A agenda previa ontem a conclusão da discussão do pacote antiautárquico — ratificações pedidas pelo PCP — e algumas também pelo CDS —, seguindo-se um pedido de autorização legislativa do Governo para legislar sobre veículos apreendidos. Vinham a seguir o projecto da ASDI sobre Regime de Estado de Sítio e do Estado de Emergência e, finalmente, a Proposta de Lei sobre Segurança Interna e um projecto do CDS versando sobre a mesma matéria.

Ora, uma impugnação do PS e do PSD impedia sobre o projecto da ASDI e uma outra impugnação — esta do MDP — sobre o projecto do CDS...

O projecto de lei do CDS sobre Segurança Interna, que será apreciado em conjunto se a impugnação do MDP não for

aprovada, foi apresentado na passada semana em conferência de imprensa realizada na própria AR, num daqueles dias em que o vazio constituía a tónica. Sucessivos intervalos e faltas de quórum fizeram que, na quinta-feira passada, fosse a conferência de imprensa o que de mais «importante» aconteceu.

Os «democratas» do CDS

Nogueira de Brito, Luís Beirão e Narana Coissoró apresentaram-se aos jornalistas como os padrinhos de um projecto «verdadeiramente democrático» sobre segurança interna. Com efeito, alguns aspectos mais graves e inconstitucionais que caracterizam a proposta governamental não aparecem na iniciativa centrista. O que levou Nogueira de Brito, em resposta à pergunta de um jornalista, a comentar que, embora houvesse o CDS utilizado

as mesmas fontes legislativas estrangeiras, fez o contrário do que o Governo fizera, optando por adoptar os aspectos menos graves dessa legislação.

Narana Coissoró chegou mesmo ao ponto de sublinhar que agora se compreende por que o PS não quer a revisão constitucional: «não precisa dela, viola-a»...

Mas o projecto centrista não é senão uma manobra de diversão a esconder o entendimento que, na matéria, existe entre a extrema-direita parlamentar e os seus parceiros que apoiam o Governo. Este dá mesmo a hipótese ao CDS de se apresentar como «democrata» e zeloso das liberdades. O entendimento entre a proposta de lei, as «alternativas» que o PS entretanto faz correr e o projecto dos centristas preparam o grande cozinhar legislativo donde pretendem que saia um diploma que, a ser aprovado, é uma grave ameaça às liberdades e à democracia.

Pacote antiautárquico

Quórum sim, quórum não, o projecto de lei do PSD sobre o prazo de caducidade em acções de resolução de contratos de arrendamento arrastou-se desde a passada semana e previa-se ainda que ontem fosse acabado de votar na especialidade. Na generalidade foi aprovado com os votos contrários do PCP, da UEDS e da ASDI. MDP e CDS abstiveram-se.

Na passada sexta-feira foram também aprovadas duas propostas de lei que autorizam o Governo a contrair mais dois empréstimos de arromba — um de 80 milhões de marcos à RFA e outro (ou melhor, três) ao Banco Internacional de Desenvolvimento, de cerca de 85 milhões de dólares. O CDS absteve-se e o PCP votou contra, tendo o deputado comunista Octávio Teixeira sublinhado que o Governo solicita à AR

autorizações deste género sempre «como se de mera questão de lana-caprina se tratasse. Dir-se-ia que para o Governo o problema do endividamento externo só assume carácter de gravidade quando se trata de, com base nele, impor à economia uma gravosa política de recessão, quando se trata de sujeitar os portugueses a uma política de miséria crescente, quando se trata de colocar o País na mais indigna dependência dos interesses e ditames dos banqueiros internacionais, do FMI, do imperialismo».

Anteontem, a Assembleia voltaria a reunir, como dissemos, com um ponto quente na ordem de trabalhos — o pacote antiautárquico. Mas antes, no período de antes da ordem do dia, registaram-se algumas declarações políticas, entre as quais destacamos — para não falar na de Condeso, do PSD, que dissertou sobre «os intelectuais e o terrorismo», numa aterrorizante intervenção — o

discurso do camarada João Rodrigues que de novo levou ao parlamento a questão dos salários em atraso e do desemprego.

Depois de votada por unanimidade uma resolução protestando contra um programa que a televisão francesa emitiu e no qual foram feitas afirmações caluniosas contra a justiça portuguesa, depois de a unanimidade reunir de novo os deputados num projecto comum dos quatro maiores partidos sobre o Estatuto dos Membros do Conselho de Estado, a Assembleia dividiu-se de novo. As ratificações dos decretos-leis contra o Poder Local começaram a ser discutidas.

O PCP pedira a ratificação pela AR dos decretos-leis 77/84, 98/84, 100/84 e 116/84 — no que fora acompanhado, em dois deles, pelo CDS. O primeiro decreto estabelece o regime de delimitação e da coordenação das actuações da administração central e local em matéria de investimentos

públicos; o segundo aprova o novo regime de finanças locais; o terceiro diz respeito à «actualização e reforço das atribuições das autarquias locais e da competência dos respectivos órgãos»; o último «revê o regime de organização e funcionamento dos serviços técnico-administrativos das autarquias locais».

Desde o início da discussão, com a intervenção do camarada Manuel Fernandes e os pedidos de esclarecimento levantados pela maioria, que o tom estava dado. Por parte do CDS, entretanto, as razões que levaram ao pedido de ratificação eram diversas. O CDS levou à Assembleia Krus Abecasis no mais puro estilo «profetista de Sucupira» falar em tom «arruaceiro e provocatório», como foi acusado por Anselmo Anibal. Deixou claro que o que opõe o CDS ao Governo é nada. E que o que liga o CDS e a maioria contra os comunistas é quase tudo...

Cidadãos reclamam contra leis fascizantes

As reacções de variados meios à iniciativa governamental de propor à Assembleia da República a tristemente célebre «Lei de Segurança Interna» não tem cessado de crescer nestes últimos dias. Reacções de repúdio, manifestando grave preocupação quanto ao futuro das liberdades, dos direitos dos cidadãos, quanto ao futuro da democracia.

Enquanto a Associação Portuguesa de Escritores, em nota enviada na passada semana ao Presidente da Assembleia da República, expressava a «mais séria preocupação» quanto à proposta de lei que considerava «atentatória das liberdades individuais e da própria letra e espírito da Constituição, ao mesmo tempo que faz lembrar a época e o regime fascistas», uma série de personalidades enviavam, na segunda-feira passada, ao Presidente da República um abaixo-assinado, cujo teor publicamos:

Ex.^{ma} Senhor Presidente da República.

Profundamente preocupados com o envio à Assembleia da República, por parte do actual Governo, de uma proposta de lei de «Segurança Interna» — cujos contornos denunciam propósitos inconfessados, mas definidos, de práticas repressivas de carácter fascizante — incompatível com a Constituição da República, e que pode levar à destruição por dentro, do próprio regime democrático;

Sendo ao mesmo tempo indiscutível que as recentes comemorações populares do X Aniversário do «25 de Abril», demonstraram o empenho crescente, cada vez mais forte, mais consciente e mais generalizado do Povo português na defesa e consolidação da democracia — único regime capaz de resolver e ultrapassar a crise económica, social e política que estamos sofrendo, de defender a independência nacional e de levar por diante as aspirações a um futuro melhor para a nossa Pátria;

Os signatários, conscientes dos seus direitos fundamentais de cidadãos e dos seus deveres inalienáveis face ao regime democrático

Reclamam

dos srs. deputados:

● Que ponham à prova a sua vontade e capacidade, escrupulosamente meditada e ponderada, na defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, claramente expressas na Constituição, recusando-se a votar favoravelmente uma proposta de lei que, a consumir-se, se tornaria o cavalo de Tróia dos inimigos da democracia;

do sr. Presidente da Assembleia da República:

● Que, honrando com coerência e agora com renovado vigor as suas tradições de lutador antifascista na longa noite de repressão e obscurantismo imposta pelas ditaduras de Salazar e Caetano através da odiosa PIDE/DGS, se recuse a aceitar uma votação favorável à institucionalização daquela lei e dos órgãos antidemocráticos que ela viria criar, demitindo-se das suas funções de Presidente de uma Assembleia que, por mero oportunismo conjuntural, desse cobertura maioritária à aprovação daquela lei;

esclarecidos os pontos que me colocou...»

Recordando ainda que o grupo parlamentar do PCP afirmou que apresentaria pedidos de inquérito sobre os casos «que denotavam fortes indícios de corrupção», o comunicado anuncia que tal foi levado a cabo, tendo sido apresentados na Mesa os seguintes inquéritos:

* As actuações do BTA, do Banco de Portugal, do Instituto de Investimento Estrangeiro e do Governo no chamado «Caso Stanley-Hov», decorrentes do financiamento interno da aquisição de uma parcela do capital social da empresa «Estoril-Sol» por um não residente, em condições de dupla regularidade e legalidade.

* Inquérito tendente a apurar em que obras ou empreendimentos da responsabilidade da Secretaria de Estado das Obras Públicas se verificaram desmoronamentos e outras anomalias, bem como as respectivas causas, implicações e responsabilidades.

* As condições de aquisição e venda de aviões pela TAP.

* Sobre a apreciação dos actos do Governo e da Administração que permitiram a um assessor do Governo (o eng.º Prates Canelas) o acesso a 18 reservas e, conjuntamente, a apreciação dos actos do Governo praticados na sequência de ter recebido

prova documental de tais factos, bem como as suspeições de irregularidades e da atribuição de avultadas verbas, pondo em causa o erário público, a empresas a que o mesmo assessor está ou esteve ligado.

* Sobre as actuações do Governo e outras entidades públicas que conduziram em 5 de Junho à Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/84, que determinou que instituições de crédito acetassem por 11,9 milhões de contos terrenos cujo valor é inferior («Caso Torralba»).

* Críticas de atribuição de verbas pela Secretaria de Estado de Emprego e o controlo da sua aplicação.

O comunicado lembra ainda que está em curso um outro inquérito sobre o processo de liberalização do comércio de cereais, ramas de açúcar e oleaginosas, encontrando-se, por outro lado, pendentes para apreciação da AR outros pedidos de inquérito oportunamente apresentados pelo grupo parlamentar comunista:

* Sobre o desarrastamento dos bens que garantiam a dívida de Afonso Pinto de Magalhães;

* Sobre as acções do Governo que revogaram as providências cautelares que garantiam a dívida de Jorge de Brito;

* Sobre as actuações do Governo que conduziram à extinção da SNAPA, SARL.

dos órgãos de comunicação social:

● Que, apesar de tardiamente, passem a prestar uma mais adequada atenção aos problemas que realmente vão preocupando a maioria imensa dos portugueses, aos seus reais sofrimentos e legítimas aspirações — que tão claramente foram traduzidos nas grandiosas manifestações populares do X Aniversário da «Revolução dos Cravos» — e que, muito particularmente se empenhem de vez e com clareza, na desmistificação de uma Proposta de Lei que é atentatória dos sentimentos e desejos claramente expressos pela maioria do nosso povo;

do sr. Presidente da República:

● Que, como garante fiel da Constituição da República, se recuse a promulgar a lei, se ela, apesar de todas as advertências, for aprovada na Assembleia, visto que essa lei, levada à prática e à vida diária dos portugueses, consubstanciaria, de forma bem caracterizada, um ataque frontal aos direitos e liberdades fundamentais consignados na Constituição.

Alguns dos signatários

A. Vinagre, jornalista; Abílio Teixeira Mendes, médico; Alberto Neto Simões Dias, sacerdote; Alcina Bastos, advogada; Alda Moraes Cabral, licenciada em farmácia; Alexandre Babo, escritor; Alexandre Cabral, escritor; Alfredo Esteves Belo, economista; Alfredo Nobre Marques, oficial da Marinha Mercante, professor ENIDH; Álvaro Salema, escritor e jornalista; Álvaro Rana, sindicalista; Américo N. da Mata, oficial da Marinha Mercante, professor ENIDH; António Almeida e Castro, engenheiro mecânico; António Carvalho Fernandes, engenheiro electrotécnico; António Celorico Moreira, professor de educação física, ENIDH; António Costa Leal, economista, Lisnave; António Horácio Simões de Abreu, engenheiro electrotécnico; António J. Avelãs Nunes, professor da Universidade de Coimbra; António Modesto Navarro, escritor; António Pereira de Carvalho, engenheiro civil, Coba; António Seteiras Zilhão, economista, professor do ensino técnico; António da Silveira, engenheiro, professor do IST; António da Silveira, engenheiro civil, LNEC; António Simões de Abreu, engenheiro químico; António St'Andry, professor no ISA; António Victorino d'Almeida, músico; Aristides Frago, economista; Armando V. S. Casero, economista; Arminio Rodrigues, médico e escritor; Artur Ribeiro dos Santos, professor FCL; Cândida Costa Leal, professora do ensino técnico; Canto e Castro, actor; Carlos do Carmo, artista; Carlos Martins, engenheiro electrotécnico, professor na ENIDH; Carlos Mota Soares, engenheiro mecânico, professor IST; Carlos R. Marques Ferreira, engenheiro electrotécnico, professor IST; Carlos Vilhena, oficial do exército, reformado; Carmen Dolores, actriz; Carmen Santos, actriz; Cláudio Chaby, professor do ENIDH; Domingos Moura, engenheiro electrotécnico, professor IST; Dulce Pizarro, professora do ensino primário; Eduardo Santos e Sousa, economista; Emídio Cadima, investigador-INIP; Emídio Carlos Ferreira e Silva, oficial da Marinha Mercante, professor na ENIDH; Ernesto Gentil Santos Cordeiro, engenheiro electrotécnico; Eunice Muñoz, actriz; Falcão de Campos, oficial da Marinha; Fernando Cascais, jornalista; Fernando L. Barreiros Marques, engenheiro electrotécnico; Fernando Lopes-Graça, músico; Fernando Moraes Cabral, economista; Fernando Piteira Santos, jorna-

lista, professor FLL; Fernando Torres, arquitecto, vereador da CML; Flora Larson, professora da FCL; Florival Lança, C. Executiva do Conselho Nacional da CGTP/IN; Gil de Cantos, médico, director do serviço de radiologia dos HCL; Guilherme Arro, engenheiro electrotécnico, professor IST; Helena Bastos, engenheira, Secretariado Nacional do MDP/CDE; Helena Calheiros da Silveira; Henrique Cunha, engenheiro; Henriqueta Mala, actriz; Hernâni Gandra, arquitecto; Henrique Barahona Fernandes, professor catedrático da Univ. Medicina de Lisboa; Ildelfonso J. Santos Nova, economista; Irene Cruz, actriz; Jaime Campos Ferreira, professor catedrático IST; Jaime Teixeira Mendes, médico; João A. P. da Cunha Serra, engenheiro electrotécnico do IST; João Arsénio Nunes, professor ISCTE; João B. da Costa Catarino, economista, professor da Universidade de Coimbra; João do Carmo Medeiros de Almeida, oficial da marinha mercante, professor ENIDH; João de Freitas Branco, musicólogo; João Manuel Gil Lopes, músico; João dos Santos Guerreiro, professor FCL; João da Silva Lopes, pescador; João Simões, arquitecto; Joaquim Caldeira Rodrigues, engenheiro civil, Coba; Joaquim Ferreira da Silva, oficial da Marinha Mercante, professor da ENIDH; Joaquim Infante Barbosa, engenheiro mecânico, professor da ENIDH; Joaquim Jacobety Rosa, economista, professor do ensino técnico, reformado; Joaquim Laginha Serafim, engenheiro civil, professor na Universidade de Coimbra; Joaquim Namorado, escritor; José Alves da Cruz Ferreira, advogado; José Augusto Gouveia, gerente comercial; José Borrego, arquitecto; José Cardoso Pires, escritor; José Carlos Mendes, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa; José Eugénio Campos Godinho, engenheiro civil, Associação Inquilinos Lisbonenses; José Ferreira Huertas Lobo, arquitecto;

José Gomes Ferreira, escritor; José Pinto Correia, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa; Júlio César Cassola e Barata, oficial da Marinha, reformado; Lília da Fonseca, escritora; Lindley Cintra, professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa; Luís de Azevedo, advogado; Luís Carvalho de Oliveira, advogado; Luís Francisco Rebelo, advogado e escritor; Luís Monteiro Batista, médico, director de serviços dos HCL; Luís Simões de Abreu, economista; Luisa Irene Dias Amado, professora do ensino particular; Manuel A. Ribeiro do Carmo, oficial da Marinha Mercante, professor da ENIDH; Manuel Gusmão, professor da Faculdade de Letras de Lisboa; Manuel M. Sá Marques, médico; Manuel Medeiros Silva, engenheiro electrotécnico, professor IST; Manuel Monteiro Marques, investigador, IICT; Manuel Serra, oficial da Marinha Mercante; Manuela Brotas de Carvalho, professora da Faculdade de Ciências de Lisboa; Margarida Mendonça, médica; Maria Ângela Miguel, professora do ensino particular; Maria Barreira, pintora; Maria Cândida Vinha Novais, professora da Faculdade de Ciências de Lisboa; Maria do Céu Guerra, actriz; Maria de Lurdes Féria, jornalista; Maria de Lurdes P. V. Veloso, professora da ENIDH; Mariano Gago, engenheiro, investigador IFM; Marieta da Silveira, professora da FCL; Mário Castrim, escritor e jornalista; Mário Dionísio, escritor; Mário Langa, engenheiro electrotécnico, professor IST; Mário Velas, actor; Moisés Simões Piedade, engenheiro electrotécnico, professor IST; Moradas Ferreira, médico; Natália Correia, escritora; Nuno Teotónio Pereira, arquitecto; Onofre Moreira, engenheiro electrotécnico, professor IST; Orlando de Carvalho, professor catedrático da Universidade de

Coimbra; Paulo Lencastre, médico; Pedro Pereira Amaro, professor ISA; Rogério Paulo, actor; Rogério Ribeiro, pintor, professor ESBAL; Romeu Correia, escritor; Rui Carrington da Costa, professor catedrático da Universidade de Coimbra; Rui Grácio, investigador; Salvado Sampaio, professor do ensino secundário; Sebastião Lopes de Oliveira, oficial da Marinha Mercante, professor ENIDH; Sebastião Velga, técnico de Seguros, reformado; Sérgio Carvalhal Duarte, médico, director de serviços dos HCL; Sérgio Ribeiro, economista; Sillas Cerqueira, investigador; Simões da Fonseca, professor catedrático da Universidade de Medicina de Lisboa; Teresa Coelho Lopes, professora da Faculdade de Letras de Lisboa; Ulpiano do Nascimento, economista; Urbano Tavares Rodrigues, escritor, professor da Faculdade de Letras de Lisboa; Vasco da Conceição, escultor; Vasco da Costa Santos, oficial da Marinha; Vasco da Gama Fernandes, advogado; Vítor Gonçalves, engenheiro electrotécnico, professor da ENIDH; Vítor M. Caldeira, dentista; Vítor Manuel Ramos da Costa, professor da ENIDH; Vítor Ribeiro, actor.

Entretanto, um grupo de professores do Ensino Superior solicitou pedidos de audiência ao Presidente da República e ao Presidente da Assembleia da República a quem enviavam uma carta, que também publicamos:

Excelência,

Por iniciativa de um grupo de professores do Ensino Superior, na sua maioria de Lisboa, redigiu-se um documento-representação, reclamação — endereçado a V. Ex.^a, ao Presidente da Assembleia da República e aos Órgãos da Comunicação Social, referente à proposta de Lei de Segurança Interna, já admitida à discussão na AR.

O documento que circula ainda, sob a forma de abaixo-assinado, foi já subscrito por mais de mil cidadãos portugueses, centenas deles representativos dos nossos meios científicos, técnicos e culturais.

Desejamos entregá-lo aos órgãos destinatários na próxima segunda-feira, dia 2 de Julho, e para explicação desta atitude seria conveniente V. Ex.^a conceder-nos uma audiência, com a urgência possível dentro do prazo útil.

Subscrevem este pedido de audiência: José Pinto Correia, José Carlos Mendes, Barahona Fernandes, professores catedráticos da Faculdade de Medicina de Lisboa; Jaime Campos Ferreira, professor catedrático do IST; António da Silveira, professor catedrático do IST (reformado); Mário Lança, professor auxiliar do IST; Lindley Cintra, professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa; António Borges Coelho e Urbano Tavares Rodrigues, professores da Faculdade de Letras de Lisboa; António H. Simões de Abreu e João C. Medeiros Almeida, professores da Escola Náutica I. D. Henrique; Rui Carrington da Costa e Orlando de Carvalho, professores catedráticos da Universidade de Coimbra; António Avelãs Nunes, professor auxiliar da Universidade de Coimbra; Joaquim Jacobety Rosa, António Sequeira Zilhão e Alfredo Esteves Belo, economistas; João Simões e Huertas Lobo, arquitectos; J. Laginha Serafim, J. A. Caldeira Rodrigues e João da Cunha Serra, engenheiros professores da Universidade de Coimbra; Eunice Muñoz e Maria do Céu Guerra, actrizes; Fernando Lopes Graça, músico; e Carlos do Carmo, artista.

Só inquéritos são dez!

Nada menos de dez pedidos de inquérito foram apresentados recentemente na Assembleia da República pelo grupo parlamentar do Partido Comunista Português. Em comunicado à imprensa distribuído na semana passada, o secretário do grupo parlamentar comunista recorda o compromisso assumido pelo ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares aquando da discussão do Programa do Governo, no ano passado, sobre a actividade governamental no combate à corrupção, e o prazo de três meses que o mesmo governante se concedera para prestar contas de tal actividade.

A verdade, diz o comunicado, é que tal compromisso não se cumpriu.

E mais adiante:

Durante o debate da moção de confiança, foram apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP vários casos em que subsistiam legítimas dúvidas sobre processos e decisões governamentais em áreas tão importantes como são as do trabalho, das obras públicas e da actividade bancária.

Na ocasião, sublinha o comunicado, o ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares afirmou que... «o Governo, e tendo a certeza que a maioria parlamentar me acompanha nesta afirmação, votará a favor de todos os inquéritos que o seu Partido (referia-se ao PCP) proponha no sentido de serem

período superior ao estabelecido, que era de três anos e a redução do número dos eleitos;

— perda de mandato para os eleitos que após a eleição se inscrevem em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados ao eleitorado.

Pretenderá o Governo com este último aspecto agrihoar os seus próprios eleitos ao leuuma partidário que os leve ao Poder?

Por outro lado a diminuição do número de eleitos, o aumento do mandato, a diminuição do papel das assembleias e comissões de moradores, bem como o reforço dos poderes dos presidentes em detrimento das Câmaras e Juntas, são faces da mesma moeda: a redução da democraticidade e pluralismo dos órgãos de Poder Local e de participação popular e a violação do princípio constitucional da proporcionalidade. Estas medidas são, aliás, peças da ofensiva em curso contra as instituições democráticas.

É inaceitável, senhores Deputados, que com a diminuição do número de eleitos se pretenda, a pretexto de uma falsa operacionalidade, afastar de inúmeros órgãos autárquicos,

de norte a sul do País, forças políticas que para eles obtiveram votações que sobejamente justificavam essa sua participação.

(...)

O Governo pretende criar na opinião pública, a ideia que as autarquias locais, para submeterem bem, têm de se submeter à burocracia, ao imobilismo, à política centralizada e antipopular dos ministérios-todo-poderosos.

O Poder Local tem sido votado ao ostracismo. São escandalosas todas as intromissões, ingerências e limitações impostas às autarquias, porque provocam a desestabilização da vida municipal, em desfavor das classes trabalhadoras e dos ideais de Abril.

Porém, com este pacote legislativo, não se trata de mera intromissão. Pela sua profundidade e amplitude, a legislação aprovada pelo Governo, e neste momento em discussão pela Assembleia da República, pretende provocar a demolição do Poder Local.

Quem assim o entender, engana-se. Não o conseguirá!

Terão pela frente a dupla firmeza do Poder Local democrático, forte e prestigiado e das populações decididas a continuar Abril. (...)

Manuel Fernandes:

«Populações defenderão poder local democrático»

e das organizações populares de base;

— ingerência, através de um regime de tutela totalmente inaceitável e manifestamente inconstitucional, já denunciada pelo PCP nesta Assembleia, aquando da impugnação da admissão da referida proposta de lei;

— asfixia financeira, quer retirando meios através do Decreto-Lei n.º 98/84, que fixa o novo regime de finanças locais, quer através de um aumento de encargos sem a correspondente e necessária compensação de meios;

— imposição de despedimentos a milhares de trabalhadores, através do que expressamente vem consignado no diploma sobre o regime de funcionamento dos serviços técnico-administrativos das autarquias.

Independentemente de outras intervenções que a nossa bancada produzirá no domínio da legislação financeira e de gestão autárquica, permito-me desde já referir os Decretos-Leis 99/84 e 100/84.

Em relação ao primeiro dos quais, pelo qual o Governo procurou abusivamente moldar, à sua vontade, a Associação Nacional dos Municípios, ficou

claro, por tudo o que se passou no seu primeiro Congresso na Figueira da Foz que, independentemente dos métodos de direcção dos trabalhos publicamente denunciados, se verificou que o referido Decreto se desajusta totalmente às realidades, não merecendo outra medida senão a sua pronta revogação, já que o Congresso foi claro na afirmação da total desnecessidade deste diploma.

No que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 100/84, com o qual o Governo provocou a revisão da Lei n.º 79/77, conhecida como a «Lei das Autarquias» verifica-se que em vez de a melhorar, ultrapassando algumas das suas insuficiências e reduzindo-lhe o seu exagerado presidencialismo, pelo contrário, acentua-lhe essa tendência e tenta retirar-lhe as suas características descentralizadas. O Decreto-Lei referido que o Governo fez aprovar, exorbita a própria autorização legislativa que lhe foi concedida. Com efeito, do articulado da Lei n.º 19/83, que conferiu a autorização legislativa, não se descortina a autorização para proceder à revisão de matéria eleitoral, como sejam, entre outros casos, o da:

— duração do mandato para

1.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal

Uma importante realização!

«Alargar a unidade, lutar e vencer», era o lema. E sob ele se reuniram cerca de 700 delegados representando os mais de 34 mil membros da Organização Regional de Setúbal do Partido Comunista Português. Durante dois dias — sábado e domingo passados —, o novo pavilhão da Vitória Futebol Clube, praticamente inaugurado por esta realização, foi «a tribuna do povo trabalhador do distrito de Setúbal», como sublinhou na sua intervenção o camarada Carlos Ramildes. A I Assembleia da ORS, ao debater longa e profundamente os problemas do distrito não o fez apenas virada para a problemática partidária: traçou o perfil da região, definiu os problemas sociais, económicos e políticos, apontou os caminhos para a sua resolução, caminhos que são outras tantas propostas de luta. E, uma a uma, as intervenções apontavam como necessidade imperiosa para a resolução de cada um dos grandes problemas, a demissão do actual Governo. «Governo PS/PSD rural!», era outra das inscrições que se podiam ver no pavilhão. E a luta dos comunistas e dos trabalhadores por uma alternativa democrática foi a ideia mais mobilizadora de toda a Assembleia.

A luta, pois. Baseada no conhecimento da realidade e na profunda ligação entre os comunistas e as massas populares de um distrito que, mais do que qualquer outro no País, une duas faces de uma realidade contraditória, complementar e em movimento — a cidade e o campo, a grande indústria e a agricultura de vastas unidades, o operariado industrial e os

operários agrícolas que partilham uma luta comum na defesa das conquistas da Revolução que modificaram profundamente a realidade da região. Assim, a defesa do sector nacionalizado e a defesa da Reforma Agrária foram as tónicas principais das intervenções a que assistimos. E os trabalhadores, obreiros de ambas as conquistas, saudados particu-

larmente pela camarada Conceição Moraes a quem coube a primeira intervenção dos trabalhos.

Outra tónica ainda: o Poder Local democrático, cuja realidade é ímpar neste distrito em que todas as câmaras são de maioria APU e em que não apenas os operários e os camponeses, não apenas os trabalhadores mas a maioria do povo constitui uma ampla base social de apoio às realizações do Povo Unido.

Propostas concretas

A I Assembleia da ORS fez, como acentuou Carlos Ramildes, um «balanço responsável do trabalho realizado». E, como salientou o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, «deu um exemplo de como o PCP (com a participação activa dos trabalhadores) conhece os problemas, apresenta propostas construtivas e fundamentadas para a sua solução».

O passado fim-de-semana foi, assim, o culminar de um largo trabalho preparatório, realizado à volta de um ante-

projecto de relatório/resolução que veio a ser aprovado por unanimidade no final da quinta sessão da Assembleia que se

Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, Carlos Ramildes, suplente da Comissão Po-

nal do Partido.

As várias intervenções registadas, relatando situações, lutas, e apontando soluções,

A DORS eleita

Eleita a nova Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, passou a contar com 56 camaradas, quase quadruplicando o seu anterior número, que era de 17. Se antes todos os membros da DORS eram funcionários do Partido, a DORS eleita conta apenas com uma percentagem de 55,5 de funcionários. Dos camaradas eleitos no passado fim-de-semana a maioria é operária, integrando a nova Direcção Regional 12 mulheres, o que corresponde a mais de 21 por cento do total. É a seguinte a lista dos cama-

radas eleitos:

Adelino Cabrela, Adília Grilo, Agostinho Rodrigues, Álvaro Costa, Américo Leal, António Dias, Apolónia Teixeira, Artur de Almeida, Carlos Humberto, Carlos Ramildes, Carlos Soromenho, Carlos Fernandes, Cristina Neto, Eduardo Gomes, Erícila Talhadas, Francisco Lobo, Francisco Pacheco, Francisco Pinheiro, Heloísa Madeira, João Neves, João Mecha, João Bernardino, João Ferreira, Joaquim Pires, Jorge Silva, Jorge Pires, José da Encarnação, José Arede,

José Silvério, José Brejo, José Catalino, José Cazes, José Aranha, José Maia, José Vieira, José Pedro Soares, José Teófilo, José Espada, Lídia Pereira, Luís de Carvalho, Manuel Reis, Manuel Costa, Manuel Sobral, Maria Alice Rodrigo, Maria da Conceição Moraes, Maria Manuela dos Santos, Maria Olívia Ferro, Noémia Pratas, Octávio Ferreira, Paulo Rosado, Regina Marques, Valdemar dos Santos, Vicente Merendias, Vítor Proença, Virgílio Azevedo e Virgolino Rodrigo.

lítica do CC, Luísa Araújo, suplente do Secretariado do CC, além dos membros da DORS cessante e de destacados militantes da Organização Regio-

como que trocaram por miúdos e aperfeiçoaram o documento-base da Assembleia que apresentou propostas muito concretas para resolver graves pro-

blemas em muitas áreas: agricultura, pescas, transportes, comércio, turismo, saúde, ensino. Foram, entretanto, as propostas que pela sua importância transcendem mesmo a própria região as que mais concentraram a atenção dos delegados e mereceram da parte do secretário-geral do PCP destaque especial:

«A Assembleia da ORS tomou decididamente posição a favor do Plano Siderúrgico Nacional, condição para aumentar e diversificar a produção da Siderurgia Nacional, aproveitando ao mesmo tempo os minérios de Moncorvo.

«Apontou as medidas necessárias para salvar e dinamizar a construção e reparação naval, designadamente a conservação e renovação das frotas da Marinha Mercante e de pesca, o acesso aos créditos nacionais, o saneamento financeiro das empresas.

«Apontou as linhas fundamentais de uma nova política que corrija ao máximo possível as distorções cria-

das no «Complexo de Sines» e possibilite a sua inserção numa política de desenvolvimento da economia nacional. «Apontou medidas para impedir a desintegração da Química, manter a integridade da empresa, dinamizar as suas actividades e aproveitar a sua larga experiência na produção do ácido sulfúrico e o aproveitamento do grau das pirites e a metalurgia do cobre.

«Apontou medidas para dinamização da metalurgia pesada, para assegurar a actividade regular das pequenas e médias empresas da metalomecânica ligadas para a reconversão das linhas de montagem no sector automóvel, para o desenvolvimento da produção de teatros de harmonia com a nova política de habitação para o relançamento das indústrias corticeira e de servas.»

Arma para o futuro

O tom sereno das intervenções foi a tónica do pro-

Intervenção de ALVARO CUNHAL

Em vez de «socialismo democrático» Mário Soares proa

(...)

Um espelho do desastre da política do Governo PS/PSD

Tem particular interesse verificar que as intervenções e conclusões da 1.ª Assembleia reflectiram, a nível do distrito, como um espelho, os traços essenciais da situação portuguesa no momento actual.

Tanto nos aspectos negativos, como nos aspectos positivos.

Nos aspectos negativos porque mostraram como consequência da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a gravíssima degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, caminhando a par da crise profunda e da desastrosa degradação das actividades produtivas e de todas as actividades económicas.

Nos aspectos positivos, porque a Assembleia foi testemunho vivo da força da classe operária e das suas organizações, da força do movimento operário e popular, da força da democracia portuguesa, do valor das conquistas da revolução e da luta determinada, incansável e heróica da classe operária e das massas populares na defesa dos seus interesses e direitos vitais, das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária, — do Portugal de Abril.

Pela análise das situações concretas existentes no distrito de Setúbal tal como se pode verificar no resto do País, salta à vista, de forma irrefutável, que a causa fundamental e determinante da crise económica profunda que o País atravessa reside na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, contra o Poder Local democrático.

Ninguém pode acreditar no Governo quando uma vez mais vem prometer para breve a «recuperação económica», agora apresentada com três autênticas panaceias.

É a panaceia dos bancos americanos que na miragem socialista inundariam o País de dinheiro, mas que de facto, se viessem, viriam para tomar conta da nossa economia.

É a panaceia das exportações, panaceia retomada do fascismo e proclamada há três dias por Mota Pinto.

É ainda a também já gasta panaceia da integração (sempre para breve mas nunca consumada) no Mercado Comum, a gasta história da «prioridade das prioridades» que foi afirmada há já 8 anos e que, para tentar obter alguma credibilidade (porque ninguém acredita já no Primeiro-Ministro) necessita que venha cá o presidente francês para dizer à RTP que a entrada de Portugal está vista para 1986 — como se essa perspectiva de desastre da nossa economia e de submissão dos interesses portugueses aos interesses dos países desenvolvidos da Europa pudesse ainda actualmente apresentar qualquer atractivo para os portugueses.

Não, o povo não acredita nestas panaceias.

O Governo Soares/Mota Pinto não só não fará o País sair da crise como, a continuar, o afundará mais e mais num verdadeiro desastre nacional.

Deste Governo (recauchutado ou não) nada de bom há a esperar.

O que o povo exige é a sua pronta demissão, é que o governo Soares/Mota Pinto vá para a rua.

Em vez de socialismo democrático capitalismo totalitário

O actual Primeiro-Ministro encheu durante anos os ouvidos dos portugueses com a promessa do que chamava «socialismo democrático». Mas em vez de «socialismo democrático», o que está procurando restaurar em Portugal é um capitalismo totalitário.

O actual Primeiro-Ministro encheu durante anos os ouvidos dos portugueses com a promessa do que chamava um «socialismo de rosto humano». Mas o que está pretendendo instaurar em Portugal é um capitalismo violento, feroz e desumano.

Tendo chegado à conclusão que, não consegue abafar, esmagar e vencer a resistência do povo e destruir as conquistas da revolução no quadro das instituições democráticas e das liberdades e direitos dos cidadãos, o Governo PS/PSD passou ao ataque frontal contra a própria democracia política.

Esta nova ofensiva desenvolve-se em três direcções principais.

A primeira é o ataque às liberdades e direitos essenciais, são as constantes intervenções governamentais e policiais contra o seu exercício. É a generalização da repressão nas empresas. É a brutalidade policial erigida em símbolo do «Estado de direito». É a utilização impune da calúnia e das mais grosseiras provocações.

A segunda direcção é a destruição das instituições democráticas. São projectos de leis eleitorais antidemocráticas. É um novo regimento da Assembleia da República. São medidas tendentes à governamentalização dos Tribunais. É a tentativa de subverter e liquidar o Poder Local democrático, uma das belas conquistas da revolução, consagrada na Constituição como parte integrante do regime.

A terceira direcção é a formação de um Estado totalitário. É um Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e mais um Serviço de Informações de Segurança, e mais um Serviço de Informações Militares, e tudo isto com um Conselho Superior de Informações, e mais uma Central Coordenadora, e mais o uso da informática para fichar os cidadãos com indicações relativas às suas ideias políticas, às suas concepções filosóficas, às suas crenças religiosas, à sua filiação sindical, à sua raça, à sua saúde, às suas actividades profissionais e até aos seus hábitos sexuais.

O Governo pretende manifestamente criar um monstruoso aparelho que associa a espionagem política à devassa da vida íntima, processo típico das centrais de espionagem e provocação.

Cada cidadão ficará sob a vigilância constante, discriminatória, abusiva e arbitrária das novas Pides em formação.

Nesta tentativa do Governo PS/PSD para pôr rapidamente operacional um aparelho repressivo e um Estado em que a perseguição e a violência substituíram a vida democrática, ganha particular relevo a Lei de Segurança Interna que esta semana será votada na Assembleia da República.

O mínimo que se pode dizer é que se trata, não só de uma lei repleta de inconstitucionalidades de princípio a fim, como de uma lei tipicamente fascista.

É uma lei na base da qual a segurança do Governo é que define a segurança da República.

É uma lei que institui todo um imenso, pesado e dispendioso aparelho para decidir da repressão.

É uma lei que institui poderes discricionários atribuídos às polícias, a proibição administrativa de reuniões e manifestações, a suspensão de direitos e de espectáculos, as buscas domiciliárias, as escutas telefónicas, a violação da correspondência.

E como dirigente supremo de todos estes serviços de burocracia política e repressão pidesca, a Lei indica o Primeiro-Ministro que (a ir isto por diante), não só asseguraria directamente a coordenação das informações, como ficaria erigido em Autoridade Nacional de Segurança Interna, ou seja, uma espécie de director da CIA portuguesa.

Decididamente, o dr. Mário Soares aprendeu muita coisa com o seu «very special friend» Carlucci.

A defesa da democracia política e a luta concreta contra estes projectos e planos constituem no momento presente tarefas fundamentais de todos os democratas e patriotas.

É necessário desenvolver por toda a parte a luta contra os Serviços de Informação, contra a ficha do cidadão, contra a Lei de Segurança Interna.

Guerra às liberdades — repressão, terrorismo e provocação

É neste preciso momento de guerra aberta às liberdades e de formação de um aparelho repressivo próprio de um Estado totalitário que o Governo Soares/Mota Pinto desencadeia também com grande aparato repressivo e espalhados cobertura da comunicação social a operação contra as FP-25.

Qual o objectivo do Primeiro-Ministro e do seu Governo ao desencadearem esta operação?

Liquidar de facto o terrorismo?

Difícil é acreditar que fosse esse o objectivo.

Primeiro, porque o terrorismo, com as suas acções provocatórias tem sido um instrumento precioso para a contra-revolução e para o Governo.

Segundo, porque o terrorismo constitui o melhor pretexto para o reforço das forças repressivas e das medidas repressivas, não contra os terroristas, naturalmente, mas contra o movimento operário.

Terceiro, porque, se o Governo quisesse dar um passo para liquidar o terrorismo, há muito que o teria feito pois que, por aquilo que se conhece, o que a polícia sabia agora das FP-25 e da FUP já o sabia há vários anos.

E quarto, porque, também pelo que se sabe, a operação não atingiu em profundidade as organizações terroristas e nomeadamente os seus conhecidos operacionais.

Se o objectivo de Mário Soares e do Governo ao lançarem a operação não era liquidar o terrorismo, qual poderia ser então? Liquidar a chamada «extrema-esquerda»? Liquidar politicamente Otelo Saraiva de Carvalho?

Também não parece plausível.

E não parece plausível porque a chamada «extrema-esquerda» e Otelo têm desempenhado e podem continuar a desempenhar um papel divisionista e anti-PCP, que só tem apro-

veitado e pode continuar a aproveitar à reacção em geral e ao Governo Soares/Mota Pinto em particular.

Em 1980 por exemplo (na preparação das eleições) não foi em qualquer jornal esquerdista, mas no «Portugal Hoje», do PS, que Otelo Saraiva de Carvalho fazia a sua propaganda de «violência revolucionária», «da violência física como resposta».

Pode admitir-se que um dos objectivos do Governo foi convencer a opinião pública da necessidade da Lei de Segurança Interna, em discussão na Assembleia da República, assim como das outras leis e medidas visando a instauração de um Estado repressivo e totalitário.

Mas essa não parece ser razão bastante para o Governo «sacrificar» os seus aliados da «extrema-esquerda», os terroristas — Otelo.

Por tudo isto é-se levado a admitir que era outro o objectivo do Governo ao lançar a operação.

Não podemos deixar de ter presentes as repetidas insinuações provocatórias de Mário Soares procurando apresentar as FP-25 como um instrumento do PCP.

Essa insinuação provocatória fê-la Mário Soares nos Estados Unidos. Fê-la em França. Fê-la nas vésperas da Concentração Nacional no Terreiro do Paço em 2 de Junho. Fê-la de novo no dia 6. Fê-la no discurso pidesco na Assembleia da República.

Lembrando-nos dessas venenosas insinuações, somos levados a admitir que, ao decidir dias depois a operação contra as FP-25, o Governo visava objectivos provocatórios que por qualquer razão não se concretizaram.

E cabe aqui perguntar ao Primeiro-Ministro:

É ou não verdade que antes de partir para a Coreia do Sul, teve um encontro com a Polícia Judiciária para indicar como objectivo da operação descobrir ou fabricar ligações das FP-25 com o PCP?

É ou não verdade que, de volta do Oriente, a sua primeira pergunta foi para saber o que havia a esse respeito?

A provocação falhou. E, como falhou, o sensacional tiro do Governo saiu-lhe pela culatra e a operação contra as FP-25, a FUP e Otelo redundou, no imediato, num sério prejuízo para o Governo Soares/Mota Pinto, para os seus planos provocatórios e para o processo contra-revolucionário em geral.

A própria reacção tem consciência desse prejuízo e por isso ela, que brada tanto contra o terrorismo, critica asperamente a operação realizada.

Três conhecidos comentadores reacçãoários fizeram o balanço das consequências negativas da operação.

Que dizem eles?

A primeira consequência negativa (diz Marcelo Rebelo de Sousa) é que «os elementos já divulgados parecem provar a saciedade que o PCP não tinha nenhuma ligação com as FP-25», ao contrário do que acusava o Primeiro-Ministro e os outros membros do Governo...

Esta mesma ideia é expressa por outros comentadores nos pasquins fascistas «O Diabo» e «Semanário», confirmando um que «não teria sido encontrada qualquer prova de envolvimento do PCP com as FP-25» e confirmando o outro que «ilizar o PC de ligações às FP-25 não lembraria ao diabo».

Vê-se que a estes senhores, tal como ao Primeiro-Ministro, nada interessa a luta contra o terrorismo. O que lhes interessa é a provocação contra o PCP.

A segunda consequência negativa (segundo os mesmos senhores) é que a operação «liquida a extrema-esquerda» e também Otelo Saraiva de Carvalho e isso só favorece o PCP.

A ideia de que a liquidação do terrorismo e a liquidação política da «extrema-esquerda» e de Otelo só servem o nosso Partido, obceca de tal forma o espírito destes reacçãoários que um deles vai ao ponto de aventar que nesta operação policial se apercebe «o dedo do PCP» (assim mesmo).

A verdade é que, se o Governo não tem ainda na manga qualquer nova manigância, a operação provocatória falhou e o Governo perdeu para já com a operação uma série de aliados e instrumentos úteis ao seu histórico anticomunismo.

Há ainda, é certo, uma outra hipótese: que, neste complexo aparelho de investigação, alguém tenha levado a sério que o objectivo da operação era atingir de facto o terrorismo.

Mas se alguém teve a inocência ou a honestidade de cometer esse erro e de tomar a sério as suas funções, não é de excluir que, mais dia menos dia, venham a rolhar cabeças cortadas pela impiedosa, despida e rancorosa gulhotina política que o Primeiro-Ministro normalmente maneja.

De qualquer forma, o terrorismo, a FUP, Otelo são de tal forma úteis à reacção e ao Governo PS/PSD que é de esperar que a operação não prossiga até ao fim.

É de esperar que o Governo tudo fará, não para que a investigação se aprofunde e o terrorismo seja efectivamente erradicado, mas para que a anunciada gigantesca operação policial redunde em águas de bacalhau.

Por tudo isso, nada de admirar que, um dia destes, se assista ao esvaziamento do balão, com a irresponsabilização dos detidos, de forma a que o terrorismo possa continuar a dar pretextos ao Primeiro-Ministro para este insistir nas suas insinuações provocatórias contra o PCP e o movimento operário.

Nada de admirar também que Otelo seja rodeado de louros governamentais, envolvido em palavras amigas da reacção, relançado pela Comunicação Social e colocado de novo

na ribalta, a tentar com o seu anticomunismo dividir o campo democrático.

Pela nossa parte, continuaremos a defender a necessidade de medidas efectivas para erradicar o terrorismo, para o fim aos seus assaltos a bancos e aos seus atentados. Continuaremos também actuando para consumir a completa derrota política e ideológica do esquerdismo cuja actuação serve os interesses e objectivos do Governo PS/PSD e da reacção no seu conjunto.

Continuaremos a alertar contra os perigos de provocação (designadamente vindas do Governo e do seu Primeiro-Ministro) e para a necessidade de as desmascarar prontamente sempre que apareçam.

A batalha da verdade

A luta contra a mentira, a calúnia, a provocação travada em condições de grande desigualdade.

Cabe aqui lembrar que o Governo PS/PSD não só partilha, monopoliza, instrumentaliza e utiliza os meios de comunicação social estatizados para a mais sórdida propaganda anticomunista, para propagandear as mais fortes calúnias contra o PCP, contra o movimento operário, contra todos os que opõem ao processo contra-revolucionário, como procura abater os órgãos de informação independentes que insistem em informar o povo com verdade.

Jornais fascistas, utilizando processos e linguagem que têm paralelo nos antigos comunicados da PIDE e dos seus escribas, bolsam as mais vis calúnias contra os comunistas.

Das vezes que se tentaram processar os caluniadores, foram absolvidos ou foram amnistiados por amnistias arranjadas à pressa.

Mas se jornais e jornalistas independentes têm a coragem de dizer a verdade a que o povo tem direito, se têm a coragem de pôr a ruína a corrupção, as negociações, os abusos de poder, os crimes das forças reacçãoárias, move-se-lhes um perseguição implacável, com vista a intimidar, a castigar, a abafar a sua voz.

Nós aqui queremos expressar a nossa solidariedade para com os jornalistas que travam corajosamente a batalha da informação democrática. Aqui queremos neste momento apressar a nossa solidariedade para com o camarada Miguel Urbano Rodrigues, talentoso jornalista e director de «o diário», que a perseguição reacçãoária obriga insistentemente a sair-se do banco dos réus em condições de abuso de função, desbragamento de linguagem e sentenças iníquas que fazem lembrar os tribunais plenários do tempo da ditadura.

O abuso do poder e a repressão contra o direito de expressão do pensamento e contra a liberdade de imprensa fazem parte da política do Governo PS/PSD.

Uma coisa é porém certa: não há mentiras, nem calúnias nem repressão, capazes de abafar a voz da verdade, a voz dos que desmascaram as ilegalidades, os abusos, as injúrias e os crimes dos grandes capitalistas, dos grandes exploradores, dos grandes oportunistas, dos políticos venais, dos governantes sem escrúpulos, sem dignidade e sem vergonha.

No que diz respeito ao nosso Partido, nunca o fascismo em 48 anos de perseguições, condenações, torturas, assassinatos, terror, conseguiu silenciar a nossa voz.

Não será o Governo reacçãoário PS/PSD que o conseguirá.

Continuaremos e intensificaremos o nosso trabalho de esclarecimento, com a certeza de que um número cada vez maior de portugueses e portuguesas toma consciência da verdade e de quem fala verdade, de quem são os amigos e de quem são os inimigos, de quem o Governo PS/PSD e as forças reacçãoárias que tanto falam nos direitos humanos são as forças da mentira, da calúnia, da ofensa, do abuso do poder e da autoridade, da violência e do crime, e que o PCP é o partido da verdade, da lisura e honestidade de processos, do respeito pelos direitos e a honra dos cidadãos, e pelos verdadeiros direitos do homem.

A batalha em defesa da democracia é também a batalha da verdade.

A reacção e a mentira serão derrotadas. E a verdade triunfará com o triunfo da democracia.

A solução dos problemas e o exemplo da ORS

O PCP não se limita a reclamar a demissão do Governo PS/PSD, a condenar a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a apontar as consequências e os perigos da grande ofensiva em curso contra a democracia e concessões ao imperialismo gravosas da independência nacional.

O PCP de há muito aponta, não apenas a necessidade imperiosa de uma alternativa política, mas também uma política alternativa, cujas linhas fundamentais e cujas medidas sectoriais tem desenvolvido e divulgado largamente.

O nosso Partido tem insistido exaustivamente na poli-



Uma moção sobre a ofensiva global contra o regime democrático, que sublinha a intensificação, por parte do Governo, da sua política antipopular, e os ataques às liberdades e aos direitos, destacando, como elemento importante desta ofensiva a proposta de lei sobre Segurança Interna, foi votada pelos delegados que decidiram:

Apelar ao reforço da unidade e da luta de todos os democratas do distrito, face aos perigos que corre o regime democrático; apelar à conjugação de esforços entre todos os democratas que permitam vencer as hesitações existentes e construir uma alternativa democrática ao actual Governo, capaz de fazer sair o País da crise e garantir o prosseguimento do regime democrático.

Finalmente, os delegados decidiram, em moção de solidariedade aos trabalhadores em luta:

Saudar a classe operária e todos os trabalhadores do distrito que, lutando no qua-

Na moção pela Paz, os delegados decidiram:

Proseguir as ações em torno de luta pela Paz, contra as armas nucleares e os riscos de guerra; prosseguir a denúncia de utilização do nosso território por forças da NATO e do imperialismo, cujos desígnios de confrontação e de submissão dos povos põem em risco a nossa própria segurança; exigir que a Península Ibérica fique livre de armas nucleares; reforçar as formas de cooperação, amizade e solidariedade com todos os povos, visando a construção de um mundo melhor, liberto da fome, da ignorância, da exploração e da opressão.

propostas de alteração, das quais foram contempladas 718, ou seja 73,6 por cento.

Aprovado por unanimidade, o Relatório/Resolução, como referiu o relatório da Comissão de Redacção, «é o trabalho mais conseguido sobre o Distrito de Setúbal, não só quanto à sua caracterização mais geral, como quanto ao contar da sua história e luta do seu povo e o lançar de perspectivas para um futuro melhor. É obra dos comunistas. É uma arma fundamental para o nosso trabalho futuro».

Três moções e uma saudação foram também votadas, e todas por unanimidade.

Objectivos imediatos

Um Plano de Objectivos Imediatos para o Reforço da ORS do PCP foi aprovado por unanimidade pelos delegados à I Assembleia da Organização Regional de Setúbal. Tal plano, a cumprir até ao final do ano corrente, consta de oito pontos, que passamos a destacar:

I — Contacto com todos os membros da ORS
a) reduzir a um máximo de 10% o número de camaradas sem contacto regular com o Partido;
b) concluir a entrega dos cartões 84/85.

II — Recrutamento
a) recrutar 1600 novos membros do Partido, cum-

prindo a meta da ORS na campanha de recrutamento decidida pelo Comité Central do Partido.

III — Células de empresa
a) reactivar 47 células de empresa;
b) criar 37 células de empresa.

IV — Outros organismos a constituir
a) 3 organismos de sector profissional;
b) 15 organismos inter-médios de sector;
c) 2 comissões de freguesia;
d) 17 comissões locais;
e) 8 células de bairro;
f) 27 comissões de trabalho.

V — Difusão da imprensa do Partido

a) 11 000 exemplares do «Avante!»;
b) 5500 exemplares de «O Militante».

VI — Assembleias
a) realizar 58 Assembleias, das quais:
— 3 de organizações concelhias (Barreiro, Seixal e Setúbal);
— 23 de células de empresa;
— 4 de sectores profissionais;

— 28 de organizações de local de residência.

VII — Fundos
a) cumprir integralmente os orçamentos anuais apro-

vados em cada organização;

b) cumprir a meta distrital de 15 000 contos da campanha pró-centro de trabalho da DORS/Comissão Concelhia de Setúbal;

c) vender 21 630 EPs para a Festa do «Avante!»;
d) reduzir drasticamente o número de quotas atrasadas;

e) atingir a quota média distrital de 50\$00.

VIII — Controlo de execução

Realizar um plenário distrital de quadros no 1.º trimestre de 1985 para balanço e análise dos resultados atingidos.

dro da Constituição e da legalidade democrática, se mantêm firmes na defesa dos seus postos de trabalho, empresas e sectores, contra a política de miséria e fome conduzida pelo actual Governo; exortar todos os trabalhadores do distrito a participarem activamente na Jornada Distrital de 5 de Julho para que através da sua luta reformem ainda mais a sua unidade, contribuindo para o fortalecimento da vasta frente social que será suporte de uma alternativa democrática e que afaste a reacção e a direita da área do Poder; protestar e repudiar todas as acções repressivas, particularmente as brutais, desencadeadas con-

tra os trabalhadores pelas forças de intervenção a mando do Governo e do grande patronato; exigir que sejam firmemente respeitadas nos locais de trabalho e por todo o lado os direitos e liberdades dos trabalhadores.

Foi ainda aprovada uma proposta de saudação sobre a luta dos povos e, imediatamente antes da Resolução, também a unanimidade se fez em volta de um «Plano de Objectivos Imediatos para o Reforço do PCP», a que damos desta-que nestas páginas.

Em sessão reservada, os delegados apreciaram a proposta de composição da nova DORS que foi aprovada. Era já a festa quando, antes da

sessão de encerramento, muitos militantes e amigos se aglomeraram junto às entradas do Pavilhão. «Devem estar pouco contentes», ouvimos dizer ironicamente a uma camarada. «Estão ali a cantar e a bater palmas há mais de dez minutos».

Um a um, os membros eleitos da DORS foram apresentados, por entre os aplausos que subiam de tom quando distinguam camaradas conhecidos pela sua participação em frentes de luta importantes — construção naval, Reforma Agrária, autarquias.

Uma banda de Grândola deu um curto concerto, ali no meio do pavilhão. Depois foram as prendas à DORS, da

parte de células do Partido e um prolongado aplauso saudou a entrega ao camarada Álvaro Cunhal de um molho de trigo cortado na véspera em terras onde a Reforma Agrária resistiu.

A intervenção do secretário-geral do Partido, de que publicamos extractos, foi também vibrantemente saudada. Longos minutos. No final, ainda os delegados não tinham saído todos, já a sala era completamente desmontada e limpa. Centenas de comunistas voltavam aos treze concelhos do distrito. Melhor armados para a luta por um distrito melhor, por um Partido mais forte. Vão, como dizia o lema, «alargar a unidade, lutar e vencer!»

Restaurar em Portugal um capitalismo totalitário

necessária para fazer o País sair da crise e para resolver os problemas nacionais.

Mas não se trata apenas de propostas gerais feitas pelo Congresso ou pelos órgãos superiores do Partido.

As organizações do Partido conhecem profundamente os problemas dos sectores respectivos e dão uma riquíssima contribuição para a definição de uma política capaz de lhes dar solução.

No fundamental o que se impõe é pôr fim imediato à ofensiva inconstitucional, ilegal e repressiva contra as nacionalizações, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores e dinamizar sem discriminações todas as formações económicas existentes.

O que se impõe é, uma política não de recessão, mas de aproveitamento e dinamização dos recursos, energias, capacidades e potencialidades nacionais.

O que se impõe é, não a desestabilização geral provocada pelo processo contra-revolucionário e pelos planos em curso de subversão do regime, mas a estabilidade económica, social e política na base do respeito pela Constituição, no cumprimento da legalidade democrática.

Muitas vezes os nossos opositores, não tendo argumentos a apresentar contra a política proposta pelo Partido, contrapõem, como derradeiro argumento, as questões dos empréstimos externos.

E dizem: «Tudo isso está muito certo. Mas como resolveria o PCP o problema dos empréstimos?»

A resposta põe-se nos seguintes termos.

O País produz cada vez menos e deve cada vez mais. É imperioso que produza cada vez mais e deva cada vez menos.

Uma parte cada vez maior do produto nacional é absorvida com os juros pagos anualmente ao estrangeiro.

A não ser invertida esta evolução, não é tal ou tal empresa, mas o País inteiro, que caminha para a bancarrota.

Portugal não pode aceitar que se diga: «Precisamos de dinheiro emprestado, temos de nos submeter às condições que o FMI nos impõe».

Portugal tem recursos para aproveitar, tem braços para trabalhar, tem potencialidades adormecidas, tem minas por explorar, tem terras abandonadas, tem uma indústria a trabalhar muito abaixo da sua capacidade, tem uma agricultura degradada pelo desprezo a que tem sido votada, tem mais de meio milhão de desempregados cuja força de trabalho está paralisada, inerte, improdutivo.

Com uma política verdadeiramente nacional, Portugal pode sair do buraco para onde foi tirado pela política contra-revolucionária.

A colossá divida externa e os juros respectivos são tão monstruosos que se impõe o seu reexame, a sua consideração de um ponto de vista patriótico.

O povo português não pode admitir que o Governo português, para obter empréstimos que paguem a sua desorganização, hipoteque a economia, o futuro e a independência nacional.

Temos por certo que, ou Portugal aceita ir ao fundo com a dívida atada ao pescoço, ou a dívida acabará por ter de ser renegociada.

Perspectivas reais para uma mudança

São cada vez mais amplos e variados os sectores sociais e políticos que concordam com a necessidade da demissão do Governo PS/PSD e com as propostas do PCP para a saída da crise e a solução dos problemas nacionais.

A questão que levanta dúvidas e interrogações não é tanto a da política alternativa (isto é, aquilo que é necessário fazer) mas de alternativa política (isto é, de como conseguir a formação de um governo democrático capaz de aplicar a política alternativa).

A este respeito, manifesta-se ainda, como se tem manifestado depois do 25 de Abril em alguns outros momentos de crise política, a ideia de que se deve esperar a completa desagregação interna do Governo e das forças que o compõem para que entre na ordem do dia a sua demissão.

Esta ideia é errada e perigosa. As contradições internas na coligação governamental e nos partidos que a compõem constituem sem dúvida um factor para a criação das condições necessárias para uma alternativa.

Mas não deve haver ilusões. O Governo não cairá como resultado das suas contradições internas, não cairá automaticamente, não tomará, por si próprio, a iniciativa de pedir a demissão.

O Governo Soares/Mota Pinto não cairá por si. Será o povo com a sua luta e serão as instituições democráticas no seu funcionamento que o farão cair.

O Primeiro-Ministro e a propaganda governamental procuram criar na opinião pública a ideia de que o Governo está seguro de governar ainda muitos anos.

Mas a verdade é que a base de apoio social e política do Governo PS/PSD se reduz rapidamente de dia a dia,

numa evolução que inevitavelmente o conduzirá à derrota e à demissão.

É por se sentir cada vez mais isolado, hostilizado e combatido no país, que o Primeiro-Ministro procura apoios externos (não para Portugal, mas para ele, para o Governo) num frenesi de viagens fastuosas que custam milhões e numa corrida de concessões económicas, políticas, diplomáticas e militares ao imperialismo que põem em causa a independência nacional e a segurança dos portugueses.

Bem pode o Primeiro-Ministro repetir todos os dias que o PCP, a CGTP, o movimento operário e popular, estão cada vez mais fracos e com menos capacidade de mobilização.

Bem pode repetir, à velha maneira salazarista, que as massas populares em luta são grupos de «desordeiros», de «agitadores» e de «energúmenos» a soldo do PCP.

A verdade é que o Primeiro-Ministro e o Governo não podem deixar de sentir o seu crescente isolamento. Se o não sentissem, se não sentissem que o povo se levanta contra a sua política, não teriam necessidade de limitar e liquidar as liberdades, de agravar as medidas repressivas, de pretender constituir um Estado totalitário.

A verdade é que as medidas contra as liberdades, a pressão em pôr operacionais os Serviços de Informação, a ficha do cidadão, os instrumentos e métodos pidescos previstos na Lei de Segurança Interna, as constantes provocações, os projectos já em andamento para liquidar ou limitar liberdades e direitos e fazer aprovar novas leis eleitorais que transformariam as eleições em mascarada do tipo marcelista, tudo isso não é sinal de força e confiança, mas de fraqueza, de isolamento, de medo da vontade e da luta do povo, pois só quem tem medo do povo tem medo da democracia.

A verdade é que a indignação, o protesto e a revolta contra a política do Governo Soares/Mota Pinto adquiriram tal extensão, que se pode afirmar sem receio de desmentido que existe uma base social e política de apoio suficiente para uma alternativa democrática.

Enquanto que o Governo não conta hoje com qualquer activo apoio de massas, o movimento operário e popular conta com movimentos e organizações unitárias de larga e profunda influência, que desenvolvem a sua acção com objectivos específicos concretos, mas que convergem no objectivo central de demissão do Governo PS/PSD e na formação do novo governo com uma nova política.

Enquanto que o Governo não conta no mundo do trabalho senão com os desacreditados e cada vez mais isolados divisionistas da UGT, não conta nos campos senão com uma CAP desmascarada e isolada, não conta com o apoio organizado significativo nas outras classes e camadas laboriosas, o movimento operário, popular e democrático conta com o seu poderoso movimento sindical unitário, tendo à frente a gloriosa CGTP-IN.

Conta com fortes activos e influentes movimentos organizados de agricultores, das mulheres, dos jovens, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, dos amigos da paz.

É um facto incontroverso que elevado número de membros e eleitores do PS (e também do PSD) afastam-se destes partidos e engrossam o número daqueles que exigem a demissão do Governo Soares/Mota Pinto e uma alternativa democrática.

A reunião ontem realizada em Abrantes por pessoas que apoiaram a candidatura do actual Presidente da República é uma segura indicação do que afirmamos.

Os participantes propõem-se constituir uma nova formação política. Anunciam a organização de uma estrutura nacional. Um dos participantes declara que se trata do «caminho irreversível para um novo partido».

Não estamos em condições de ajuizar para já de todo o alcance desta iniciativa, mas um significado é desde já claro.

A iniciativa de Abrantes mostra, não só que a contestação activa ao Governo Soares/Mota Pinto é cada vez mais vasta, mas também que sectores cada vez mais diversificados, não se limitam já só a contestar, mas buscam caminhos para uma alternativa através de iniciativas concretas.

Se todos os democratas e patriotas que têm consciência da necessidade de uma alternativa actuassem com determinação, de há muito que o Governo Soares/Mota Pinto teria ido para a rua.

É nossa profunda convicção que a acção comum ou convergente dos democratas e patriotas acabará por concretizar-se. E nesse dia o Governo não terá muitos dias de vida.

O reforço do Partido — garantia do regime democrático

Ao longo dos anos, ante a ofensiva contra-revolucionária, o PCP tem-se confirmado como o mais sólido baluarte do regime democrático português.

Por isso encaramos o reforço do nosso Partido, não como um objectivo do nosso mero interesse partidário, mas como do

interesse do nosso povo, do interesse do nosso país, do interesse do Portugal de Abril.

A Assembleia da ORS que acaba de realizar-se considerou também atentamente a tarefa do reforço do Partido.

A ORS é uma grande e influente organização que regista sérios êxitos na sua actividade. Mas muito justamente a Assembleia examinou deficiências e debilidades e definiu as linhas para o reforço do trabalho em todos os seus aspectos.

Há razões para confiar em que serão cumpridas as tarefas definidas pela Assembleia para activar o recrutamento, especialmente de mulheres, jovens, camponeses, quadros técnicos, e para atingir a meta distrital inserida na campanha de mais 10 mil novos membros até ao fim do ano.

Há razões para confiar em que serão cumpridas as tarefas definidas pela Assembleia para reforçar a estrutura orgânica, o trabalho de direcção, os quadros, a informação e propaganda, a recolha de fundos e a sua correcta administração.

As tarefas definidas pela Assembleia da ORS para o reforço do Partido inserem-se nas tarefas em que todo o Partido está presentemente empenhado.

Está em pleno desenvolvimento um largo trabalho visando o reforço do Partido, em todos os aspectos da sua actividade.

A campanha de recrutamento de mais 10 000 novos membros, a dinamização das células de empresa, a realização de assembleias de organização regional, distritais, concelhias e outras, as festas do Partido, — contam-se entre as mais importantes iniciativas para o reforço do Partido.

O recrutamento, a estruturação, a informação e propaganda, os fundos são tarefas essenciais.

Mas igualmente essencial é garantir algumas linhas de orientação que, não sendo respeitadas, podem comprometer todo o trabalho.

Gostaria de referir a este respeito três problemas.

O primeiro é o trabalho colectivo.

O trabalho colectivo constitui um significativo traço do estilo de trabalho do nosso Partido, uma marca da democracia interna e um factor de unidade do Partido.

Conforme o X Congresso claramente sublinhou, não consiste apenas na direcção colectiva, no funcionamento democrático dos organismos de direcção.

O trabalho colectivo implica a vida democrática interna e a intervenção constante dos membros do Partido em toda a vida partidária. O trabalho colectivo é incompatível com tendências de quaisquer organismos de direcção ou dos seus membros (designadamente funcionários do Partido) para comandarem em vez de dirigirem, para imporem as suas decisões às organizações e militantes, de uma forma autoritária e administrativa, assim como para tratarem de forma autoritária e administrativa as questões de quadros.

É também tarefa da ORS o reforço do trabalho colectivo e da democracia interna em todos os organismos e organizações.

É um grande e positivo trabalho a realizar. Certamente o realizará.

O segundo problema que gostaria de referir é o papel de vanguarda da classe operária.

O nosso Partido é o Partido da classe operária, pelo seu programa, pelos seus objectivos, pela sua ideologia, marxista-leninista, pela sua composição, pela sua actividade prática.

No Distrito de Setúbal pela composição social dos seus efectivos (mais de 20 000 operários membros do Partido correspondendo a 2/3 dos efectivos totais), pela força extraordinária de muitas células de empresa, pelo conteúdo político e social da sua actividade, pela grandiosidade das lutas operárias que dirige, pela sua identificação total com o proletariado, a ORS constitui um brilhante exemplo de natureza de classe, da consciência de classe e da política de classe do nosso Partido.

Numa região que comporta simultaneamente grandes centros e empresas industriais e vasta zona de latifúndio, a 1.ª Assembleia da ORS foi a Assembleia de uma grande organização que expressa, revela e confirma o papel de vanguarda, a consciência política, a capacidade de realização da classe operária, tanto nas fábricas como nos campos.

Mas o papel de vanguarda da classe operária significa, não apenas que a classe operária é a classe mais revolucionária com interesses e objectivos dos quais é inseparável o progresso social, com o mais elevado espírito de organização, com a mais alta combatividade e coerência.

O papel de vanguarda da classe operária significa também na situação actual que a classe operária defende firmemente, não apenas os seus interesses de classe, mas os interesses das classes e camadas sociais antimonopolistas, designadamente os camponeses, os quadros técnicos e os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais.

O cumprimento efectivo deste papel de vanguarda exige, não apenas que a organização trave incessantemente essa batalha, mas um esforço organizado e consequente para atrair ao Partido camponeses, quadros técnicos e intelectuais e na base dos princípios orgânicos do Partido, designadamente da igualdade de direitos e deveres de todos os membros do Partido, adoptar formas de trabalho que permitam a todos sentirem que o PCP é de facto o seu partido.

A ORS tem também a esse respeito um grande e positivo trabalho a realizar e estamos certos de que o realizará.

O terceiro problema que gostaria de referir é o da actividade dos comunistas nas organizações de massas.

Como todos estamos lembrados, o nosso X Congresso introduziu a este respeito uma importante modificação nos Estatutos do Partido (artigo 44.º).

Ficaram consagrados e explicitados dois princípios fundamentais.

O primeiro é que os comunistas devem actuar nas organizações de massas cumprindo a linha e as directivas do Partido.

O segundo é que devem defender activamente a autonomia, democraticidade e carácter unitário das organizações de massas.

Isto significa que o Partido dirige a actividade dos comunistas nas organizações de massas, mas não pode pretender dirigir as organizações de massas como se fossem organizações do Partido.

Não são conformes com esta orientação, intervenções dirigidas nas organizações unitárias de massas.

As organizações de massas cumprirão tanto melhor as suas funções e serão tanto melhor um veículo de influência do Partido, quanto mais os comunistas, cumprindo a orientação e as directivas do Partido, defendam a sua autonomia, democraticidade e carácter unitário.

Não distrito como o de Setúbal, em que as organizações de massas têm tão poderosa actividade, a observância destes princípios adquire vital importância para o reforço do Partido e da sua influência.

Uma breve análise da história, tanto da luta contra a ditadura fascista, como dos dez anos decorridos desde o 25 de Abril, evidencia o papel de capital importância desempenhado pelo PCP na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, na luta pela liberdade, a democracia, o progresso, a independência nacional.

Hoje, com a orientação reacçãoária que Mário Soares imprimiu ao PS, com a política do Governo PS/PSD, com a política antipopular, antidemocrática e antinacional em que estão conluiados o PS com Mário Soares, o PSD e CDS, — o PCP é o único dos quatro grandes partidos que defende o povo, que defende o País, que defende as conquistas de Abril, que defende o regime democrático e a independência nacional.

Sem o PCP, de há muito o regime democrático e as suas conquistas teriam perecido.

Sem o PCP, estariam condenadas a perecer. É um dado objectivo da situação portuguesa que o PCP continua a ser hoje e será no futuro uma força essencial, não só para a derrota da política de fome, miséria, destruição e desastre do Governo PS/PSD, como para uma alternativa democrática, para fazer o País sair da crise, para resolver os graves problemas nacionais.

É um dado objectivo da situação portuguesa que quanto mais forte e influente for o PCP mais possibilidades existem de concretizar uma viragem política e uma alternativa democrática.

Por isso podemos afirmar:

O reforço do PCP é o reforço da democracia. O reforço do PCP é do interesse, não só dos comunistas, mas de todos os trabalhadores, de todo o povo, do regime democrático, da independência nacional.

Isto é assim com o actual quadro partidário. E continuará a ser assim se o quadro partidário actual for modificado com a formação de novos partidos democráticos.

Novos partidos que eventualmente venham a ser formados, mesmo constituindo um factor importante e favorável para uma alternativa democrática, terão certamente critérios de classe e vacilações que condicionarão a sua política.

A formação eventual de novos partidos em nada altera o papel indispensável e insubstituível do PCP e a necessidade do reforço da sua organização, da sua actividade, da sua influência.

Reforçando o Partido, nós comunistas e todos aqueles que venham até nós, não estamos apenas a tornar mais forte o nosso Partido, mas a tornar mais forte a democracia portuguesa.

Por tudo isso encaramos o reforço do nosso Partido como uma tarefa que não tem um objectivo partidário estreito, mas como uma tarefa inseparável da defesa, consolidação e prosseguimento do Portugal de Abril.

Portugal de Abril, necessita da ainda maior força e influência do Partido Comunista Português.

E estamos certos, conforme a 1.ª Assembleia da ORS comprova: O PCP será cada vez mais forte e mais influente e os comunistas empenharão todas as suas capacidades e energias para estar à altura da confiança que nele têm os trabalhadores e vastas massas populares.

A luta continua, Soares/Mota Pinto p'rá rua!
A reacção será derrotada. Portugal de Abril vencerá!
Viva a 1.ª Assembleia da ORS!
Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade de todos os democratas e patriotas!
Viva o Partido Comunista Português!

PCP

1.ª ASSEMBLEIA
DA ORS

73 intervenções

Seiscentos e oitenta e um delegados participaram nos trabalhos da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP reunida no pavilhão do Vitério, na capital do distrito, e, logo às 10 horas da manhã do passado sábado, aprovaram a constituição da mesa, a Ordem de Trabalhos e os diversos órgãos da Assembleia que abriu com a presidência do camarada José Teófilo, membro do CC e da DORS cessante.

Setenta e três intervenções se seguiram, começando pela saudação aos delegados, proferida pela camarada Conceição Morais, da DORS e suplente do CC. Foi o camarada Carlos Ramildes, suplente da Comissão Política do CC e membro da DORS quem apresentou o Relatório da Direcção da Organização Regional e fez a proposta de Resolução Política.

Nessa primeira sessão tomaram a palavra Aurélio Gomes, do Secretariado da célula da Setenave, Jorge Pires, da Comissão Concelhia do Barreiro, Rosa Gombias, da Cooperativa Cravos Vermelhos, José Revés, da concelhia de Almada, Ricardo Silva, da concelhia de Santiago, Fernando Costa, da concelhia do Seixal e Armando Teixeira, da concelhia do Barreiro. Ainda sobre a realidade dos concelhos tomou a palavra o camarada Aranha Figueiredo, suplente do CC e membro da Comissão Concelhia de Setúbal. Encerraram a sessão as intervenções dos camaradas Manuel Sobral, do Comité Central e da DORS, que fez um balanço do trabalho realizado pela APU na melhoria das condições de vida das populações, traçando o panorama do poder local no distrito, e Luis Carvalho, membro da DORS, que apresentou a saudação aos povos em luta, saudação aprovada pela Assembleia.

A segunda sessão iniciou-se com a presidência do camarada José Pedro Soares, do CC e da DORS que deu a palavra a Mário Veríssimo, da célula da Quimigal. Seguiram-se

Agostinho Rodrigues, da comissão concelhia de Sines, Mário Araújo, dirigente da SFUAP, Maria do Céu, da comissão concelhia de Grândola, Raul Figueiredo, da célula da Setenave, Manuel Reis, da concelhia da Moita, e João Neves, membro da DORS, que falou sobre os efeitos da política de direita no distrito. Tomou a palavra depois a camarada Idalina Pereira, do Conselho Nacional do MDM, seguindo-se António Augusto, da concelhia de Palmela, e José Teófilo, do Comité Central e da DORS, que interveio sobre a política de fundos. Depois falaram os camaradas Acácio Dores, da concelhia do Montijo, Helder Madeira, suplente do CC e Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, e a camarada Olívia, dos Pioneiros de Portugal. A última intervenção da sessão foi a da camarada Lídia Pereira, que apresentou uma moção sobre a ofensiva global contra o regime democrático, aprovada por unanimidade.

O camarada Carlos Humberto, da DORS, dirigiu os trabalhos da terceira sessão, intervindo em primeiro lugar Basílio Cabral, da concelhia de Sesimbra. O camarada Américo Leal, do Comité Central da DORS, proferiu um discurso sobre a Reforma Agrária no distrito.

Seguiram-se no uso da palavra os camaradas João Paulo, do secretariado da célula da CM de Almada, Júlio Nunes, da concelhia de Almada e, sobre a actividade sindical, interveio o camarada Paixão, João Pedro, membro da DORS, falou sobre informação e propaganda, seguindo-se Modesto Pereira, da concelhia de Santiago, Luís Picarra, responsável da JCP no distrito, Alvaro Costa, da concelhia de Alcochete, e António Dias, membro da DORS, que leu o relatório da Comissão de Mandatos.

Pela leitura deste relatório ficaram a saber que, dos 681 delegados presentes, 399 eram operários industriais e agrícolas e pescadores, correspondendo a 58,7 por cen-

to do total. O número de mulheres, 190, constituiu uma percentagem de 27 por cento, superior à percentagem de mulheres que militam na Organização Regional. Com menos de trinta anos era de 19,3 a percentagem dos delegados, sendo de 60,6 por cento a parte correspondente ao grupo etário dos 30 aos 60 anos.

Ainda na terceira sessão tomaram a palavra os camaradas Margarida Pacheca, da célula da SN, Brito Apolónia, presidente da CM da Moita, Jaime Ferreira, do secretariado da célula da empresa J. C. P., Paulo Renato, da célula da Mundet, José Aníbal, da concelhia do Barreiro, Hilário Cabeça, da Junta de Freguesia de S. Lourenço e Francisco Pinheiro, membro da DORS, que apresentou a moção sobre a situação social. Sábado chegava ao fim.

Durante os dois dias de trabalhos, o serviço de apoio funcionário sem descanso. Vinte e sete intervenções foram reproduzidas, 31 mil folhas editadas, 920 fotocópias tiradas. Um vasto espaço, fora do pavilhão, era destinado às refeições, tendo sido servidas em média 730 refeições. Sem contar com os bares em permanente funcionamento. Havia também bancas de venda de artesanato e de publicações.

No domingo os trabalhos começaram às 9 horas, com a presidência do camarada Virgílio, suplente do CC e membro da DORS, que deu a palavra a Joaquim José, da concelhia de Setúbal, seguindo-se as intervenções de José Luis Cesares, da concelhia do Seixal, Manuel Jacinto, do secretariado da célula do Arsenal, Fernando Vasco, da concelhia de Grândola, João Torral, da concelhia da Moita, e Fernando Rodrigues, que falou sobre problemas dos comerciantes.

O camarada Carlos Humberto, da DORS, falou sobre os problemas de organização. Tomaram depois a palavra os camaradas Celeste Figueiredo,

da concelhia do Montijo, José Lopes, da organização do Seixal, Gracinda Figueiredo, do secretariado da célula da CP, António Gomes, da concelhia da Moita, José Severo, da concelhia de Sesimbra, Sérgio Martins, presidente da CM de Santiago do Cacém, Ana Vieira, da Comissão de Freguesia de Santo André, Barreiro, Armando Pereira, da Comissão de Freguesia de Pinhal Novo, e Vítor Proença, membro da DORS, que falou sobre o trabalho camponês. Encerrou esta sessão o camarada João Bernardino, do CC e da DORS, que falou sobre o trabalho do Partido entre as camadas intermédias.

A quinta sessão foi presidida pelo camarada Manuel Sobral, membro do Comité Central da DORS. Tomaram a palavra nesta sessão os camaradas João Monteiro, da célula da RN, Fernando Parreira, da Lisnave, Sábila Loureiro, da célula da Sorefame, António José, da célula da Mundet, Vítor Mota, da concelhia do Barreiro, Francisco Pacheco, Presidente da CM de Sines, Cristiana Grilo, da concelhia de Setúbal.

Finalmente, o camarada José Pedro Soares apresentou aos delegados o Plano de Objectivos Imediatos. O camarada Valdemar Santos apresentou a Resolução Política. Ambos os documentos foram aprovados por unanimidade.

A sexta sessão, reservada aos delegados, foi dedicada à apreciação da proposta da nova Direcção Regional que aí foi eleita. A última sessão, aberta ao público, foi presidida pelo camarada João Bernardino que apresentou a nova DORS e fez a leitura de dezenas de saudações enviadas à Assembleia. Sobre os resultados desta intervenção de novo o camarada Carlos Ramildes. Subiram então à tribuna camaradas que entregaram à DORS algumas prendas enquanto os Pioneiros agitavam os seus lenços vermelhos. Finalmente discursou o camarada Alvaro Cunhal.

O Partido e o distrito

● Intervenção de Carlos Ramildes

No decurso dos trabalhos, Carlos Ramildes, suplente da Comissão Política do CC e membro da DORS, apresentou o Relatório à Assembleia, de que publicamos a seguir breves extractos:

O desemprego, os salários em atraso, a estagnação económica, a inflação e o abaixamento do nível de vida dos trabalhadores, os ataques às nacionalizações e à Reforma Agrária, a repressão policial, os ataques à própria democracia política e a subserviência total perante os desígnios do imperialismo são traços característicos da acção do Governo de Mário Soares e Mota Pinto.

No distrito de Setúbal é fácil e dramático confirmá-lo: cerca de 30 mil desempregados; salários em atraso de mais de 20 mil trabalhadores (num total de dívida superior aos 2 milhões de contos); fome em casa de muitas famílias, chegando mães a verem-se obrigadas à violência de ter de dar os seus filhos; projectos de desenvolvimento económico que não avançam e até milhões de contos investidos em empresas nacionalizadas que não são rentabilizadas; sucessivos ataques destruidores à Reforma Agrária; repressão odiosa sobre os trabalhadores da indústria naval e da Reforma Agrária, os estudantes e vários outros; o caos da Trafaria ao dispor de submarinos nucleares da NATO, as areias de Tróia a terem de suportar o desembarque de marinhas e, até, a bandeira americana içada aos domingos na Base Aérea do Montijo.

Tudo isto apenas reforça uma certeza de há muito: este Governo não serve, tem de ir para a rua. (...)

As nacionalizações de empresas e sectores básicos da economia assumiram grande expressão no distrito de Setúbal, envolvendo directamente cerca de 50 000 trabalhadores.

Com a nomeação de muitos gestores da confiança dos ex-monopolistas e seguindo uma política ruinosa, sucessivos governos não olham a meios para atingir os seus fins de destruição das nacionalizações. Entre outros aspectos, sucessivos governos obrigam as empresas nacionalizadas a recorrer a créditos externos desastrosos, não pagam as indemnizações compensatórias devidas, decidem investimentos de milhões de contos que depois não têm aproveitamento, não avançam na concretização de acordos de saneamento económico e financeiro de há muito justificados.

Mas, apesar de tudo isso, os trabalhadores têm não só conseguido defender os postos de trabalho e as suas empresas, como dado exemplos notáveis da sua capacidade. Será de salientar: o papel dos trabalhadores da Quimigal no controlo de gestão e, em 1975/76, na própria gestão da empresa; o recorde de produtividade em 1982 na Siderurgia; os vários recordes desde 1976 de produção e produtividade na Lisnave; o exemplo de elevado espírito patriótico que os trabalhadores da Setenave demonstraram aquando do acabamento do superpetroleiro S-106, cumprindo os prazos, projectando o prestígio da empresa e dos trabalhadores, derrotando as manobras do governo de então que apontavam para o desmantelamento da empresa.

A luta dos trabalhadores em defesa da Reforma Agrária, também no distrito de Setúbal, constitui uma histórica e exaltante afirmação de unidade, determinação e heroísmo.

A ofensiva reaccionária conseguiu destruir 27 UCP's/Cooperativas com uma área próxima de 22 000 hectares e colocou no desemprego mais de 2000 trabalhadores. A repressão policial tem sido enorme, ao serviços dos agrários, chegando a baleiar dois trabalhadores da Cooperativa Agrícola de Casabres.

Mas, lutando em defesa da Reforma Agrária, o proletariado rural do distrito tem defendido palmo-a-palmo as culturas, os frutos pendentes e benéficas que o Governo pretende roubar e, por outro lado, cultivando toda a terra em seu poder, aumentando a produção e a produtividade, tem mantido acesa a chama revolucionária da Reforma Agrária: resistem, trabalham e lutam 51 UCP's/Cooperativas com uma área de 43 405 hectares, empregando 1678 trabalhadores. (...)

No nosso distrito os efectivos e a organização do Partido, ao longo dos 10 anos decorridos após o «25 de Abril», continuam alargando e reforçando-se.

No balanço feito em Junho de 1974 o Partido tinha no distrito 2923 militantes. De então até agora tem sido uma subida regular e constante: no final de 1975, 17 011 membros; em 1977, 23 381; em

1979, 27 000; em 1981, 32 005; e no final do ano passado, aquando do X Congresso, a ORS já tinha 34 044 membros.

De então até agora a ORS também não deixou de crescer. De acordo com o balanço especial feito no final do mês de Maio, os delegados à esta Assembleia representam um colectivo de 34 316 militantes.

Como se aponta no projecto de resolução, «sendo o distrito de Setúbal um dos mais industrializados do País, com grandes aglomerados urbanos, e onde o analfabetismo tem uma das expressões mais baixas em Portugal, o elevado número de militantes do Partido e o seu progresso regular, revestem-se de um alto significado político».

Também a composição social da ORS tem um elevado significado ao confirmar o carácter de classe do Partido, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores. São operários 66,8% dos membros, quase 23 mil, o que somando aos mais de 4400 empregados dá, em números redondos, 80% de operários e empregados.

A composição etária da ORS tem justificado uma especial atenção em relação ao recrutamento de jovens, bem como à sua participação nos organismos de direcção. Nos últimos tempos têm-se obtido resultados satisfatórios mas justifica-se continuar a insistir nestas direcções de trabalho. Apesar disso não podemos deixar de valorizar o facto das filieiras do Partido na ORS integrarem 5393 militantes de idades até aos 30 anos, atingindo os 17%.

No que diz respeito ao número de mulheres, os aumentos são regulares há vários anos. Hoje militam na ORS 8520 mulheres, correspondendo a perto de 25%.

Na opinião da DORS, e também no âmbito da campanha de recrutamento de 10 mil novos militantes decidida pelo Comité Central na sua última reunião, é necessário activar o recrutamento de novos militantes, orientando-o especialmente para aqueles que se destaquem na luta popular, no trabalho e nas realizações, com particular atenção para os jovens e as mulheres. Pela última informação, a ORS recrutou durante o mês de Junho, já para a campanha de recrutamento, 180 novos camaradas, propondo-se recrutar até ao final do ano o mínimo de 1600.

A grandeza dos números da ORS e a necessidade de enquadrar organicamente todos os militantes exigem um esforço permanente na atenção à estruturação, na sua adequação regular, no funcionamento dos organismos.

No final de 1983, no 14.º balanço, a ORS atingiu 1693 organismos que constitui o seu número mais elevado de sempre. Mas, apesar disso e como aponta o projecto de resolução, persistem debilidades a vencer. Cerca de 18% dos membros da ORS não se considera que estejam organizados, há alguns organismos com um funcionamento muito débil, há organizações fechadas em si próprias, desligadas do contacto com as massas e, naturalmente, desatentas aos anseios dos trabalhadores e do povo. (...)

A promoção regular de Assembleias das diversas organizações pode e deve proporcionar um alto contributo para tal objectivo, bem como para o reforço geral das organizações respectivas. É indispensável que se consigam encontrar as formas adequadas de assegurar a participação interessada de elevado número de militantes.

As 264 células de empresa existentes, com mais de 6000 militantes, constituem uma trave mestra do funcionamento e da influência de massas da ORS. Várias células de empresa do distrito constituem verdadeiros bastiões do nosso Partido, com uma intensa actividade e uma profunda ligação aos trabalhadores das respectivas empresas. No distrito 23 células de empresa têm mais de 100 membros e em cinco destas os seus efectivos ultrapassam largamente o meio milhar (Quimigal, Siderurgia, Lisnave, Setenave e Arsenal do Alentejo).

Entretanto, nos primeiros meses deste ano, foram extintas algumas pequenas células em resultado do fecho das empresas. Todavia, no quadro da campanha de reforço das células de empresa decidida pela Comissão Política já se obtiveram resultados com interesse e tudo indica que o saldo a apurar no final do ano será altamente positivo.

No conjunto, os objectivos apontam para a criação de 37 novas células de empresa e reactivação de 47 das existentes. Também 23 células já decidiram marcar as suas Assembleias até ao final do ano. Várias outras medidas estão previstas, no sentido de resolver ou atenuar efectivas deficiências que se verificam. (...)

BRAGA o grande convívio popular começa já amanhã!

Tudo sobre a Festa da Alegria

Começa amanhã no Parque Municipal de Exposições, na cidade de Braga, mais uma edição da Festa da Alegria, prestigiada iniciativa de convívio popular organizada pelos comunistas do Minho.

Do que aí se vai passar em termos de programação artística e de animação cultural e recreativa, aqui fica uma imagem tanto quanto possível completa.

Festa do povo trabalhador, festa da democracia, a Festa da Alegria é também jornada de esclarecimento político e ponto de encontro para o diálogo e a amizade.

E agora, sim, vamos ao programa, onde há de tudo para todos. Pela nossa parte, chamamos a atenção do amigo leitor para os espectáculos de música popular portuguesa, onde irão intervir nomes que à partida asseguram qualidade.

Amanhã (6.ª feira)

Abertura — 20.00 horas: com foguetes, música e o grupo de Zés-Pereiras «Companheiros da Alegria».

Palco Principal

21.30 horas — Espectáculo com: Grupo de Fados de Coimbra (Gomes Alves, Gouveia Ferreira, Manuel Borralho, José Ferraz); Quinteto de Jazz de Rui Azul e Carlos Mendes e a sua Banda.

Palco do Auditório da Juventude

21.30 horas — Espectáculo com grupos juvenis de música popular e Cinema/Video.

17.30 horas — «Três Leis Contra as Liberdades» — Colóquio com o deputado João Amaral, sobre a proposta de lei da «Segurança Interna» e outras medidas repressivas do Governo.
Encerramento — 01.00 horas.

Domingo

Abertura — 10.00.

Estafeta da Alegria Guimarães/Braga

09.30 horas — Partida de Guimarães, com chegada ao Parque cerca das 11 horas, seguida da entrega dos prémios aos concorrentes.

Comício com Álvaro Cunhal sábado, às 21 horas, no palco principal

Encerramento — 01.00 horas.

Sábado

Abertura — 10.00 horas.

Palco Principal

16.00 horas — Espectáculo de música popular e folclore com grupo «Cantares da Terra»; grupo «Origem»; Rancho Folclórico de S. Martinho de Tibães.

21.00 horas — Comício com a participação do Secretário-Geral do PCP Álvaro Cunhal.

22.30 horas — Espectáculo com Samuel, Luzia Paramés (poesia), Fernando Tordo e Rui Veloso e a «Banda Sonora».

Palco do Auditório da Juventude

15.00 horas — Grupo de música popular «Triple».

15.30 horas — Debate com Francisco Pereira, da Com. Executiva da CC da JCP sobre «O II Congresso da JCP e os problemas da Juventude portuguesa».

16.30 horas — Quarteto de Jazz de Braga.

17.30 horas — Grupo de Jazz «Ad Libitum».

18.30 horas — Até à noite arraial popular com o grupo musical «SIC».

Auditório do Mercado do Livro e do Disco

15.30 horas — «A Mulher na Literatura Portuguesa Contemporânea» — Colóquio com Hélia Correia, Maria Ondina Braga e Wanda Ramos.

Festa das Crianças

10.30 horas — No Palco do Auditório da Juventude, com Teatro de Fantocho, Canções Infantis, Rancho Folclórico de S. Maria de Ferrelros; Jogos.

Sete anos

Sete anos de vida tem a Festa da Alegria. Sete anos de trabalho, de imaginação, de criação, tendo na base o esforço e a determinação dos comunistas do Minho que, com o apoio de todas as organizações do PCP do País e de numerosos democratas, edificaram uma festa hoje enraizada nas tradições culturais e festivas da nossa região. Que constitui já a maior iniciativa político-cultural com carácter regular do Minho. Que é um grande ponto de reunião e de convívio de muita gente que, sem distinção de credos políticos e religiosos, faz da Festa da Alegria um grande acto de cultura, de fraternidade, de democracia.

Realiza-se a sétima edição da Festa da Alegria no ano em que se comemora o décimo aniversário do 25 de Abril e num momento em que a política do actual Governo mergulha Portugal na mais grave crise económica, social e política desde há 10 anos. Também por isso, a Festa da Alegria, que deve a sua existência ao 25 de Abril, que continua «apesar da crise», é uma afirmação da nossa confiança e determinação de que os caminhos de Abril continuarão abertos e que uma alternativa democrática, connosco, será encontrada.

Sejam bemvidos à Festa!

A DORM do PCP

Palco Principal

16.00 horas — Espectáculo de música popular e folclore com Grupo «Cantares» de Setúbal; Rancho Folclórico Infantil da Casa do Povo de



apesar da crise...

Durante toda a Festa:

- Pavilhões de todas as regiões do continente e da Galiza com os seus produtos, artesanato e pelesticos regionais.
- Exposições políticas e culturais
- Exposição sobre o 25 de Abril.
- Exposição de obras de Rogério Ribeiro sobre «1383».
- Exposição de cartazes «10 Anos de Portugal de Abril».
- Auditório da Juventude com Festival de Jazz, música popular, cinema, vídeo, bar, exposições.
- Adega do Fado de Abril
- Mercado do Livro e do Disco
- Mercado de Produtos da Reforma Agrária
- Colóquios/ Encontros com escritores/ Desporto/ Arraial
- Serviço de recepção/ Informações/ Posto médico

Visitados; Rancho Folclórico de Chafé

21.30 horas — Espectáculo com Jorge Lomba e Concerto do grupo «Trovante».

16.00 horas — Quarteto de Jazz de Viana

17.00 horas — Arraial popular até à noite com o grupo musical «SIC».

Auditório do Mercado do Livro e do Disco

15.30 horas — «A memória colectiva das lutas dos trabalhadores e a imprensa operária»; Colóquio com Victor Sá.

17.30 horas — Manuel da Fonseca — Encontro com o escritor e com a sua obra. Apresentação de José Manuel Mendes.

Jogos Tradicionais Populares

15.30 horas — Torneios de chinchalhão e tracção à corda no recinto da Festa.
Encerramento — 00.00 horas.

Os ingressos para a Festa da Alegria (IF's) estão à venda nos Centros de Trabalho do PCP e no próprio recinto, ao preço de 270\$00. Quem não quiser este bilhete que dá acesso a tudo o que se passa nos três dias da Festa, pode optar pelos bilhetes simples (entra-se apenas uma vez num dia), ao preço de 200\$00. É evidente que os IF's compensam... As crianças têm entrada livre.

da programação artística, cultural, política e recreativa; em Rio Maior, reunião geral de militantes comunistas, no domingo, no Centro de Trabalho do partido; convívio com militantes e simpatizantes em Torres Novas, no CT local, também no domingo.

22 novos militantes aderem ao Partido em Riachos

Decorreu no passado sábado, 30 de Junho, na vila de Riachos, no concelho de Torres Novas, uma animada festa popular promovida pela organização local do Partido. A festa desenvolveu-se num ambiente de grande alegria e animação, com mais de mil pessoas que esgotaram todos os produtos à venda nas bancas, quermesse, bar, etc.. Como facto saliente, registe-se que no decorrer da festa foram feitos 22 novos recrutamentos para o Partido, o que representa só por si 97 por cento da meta do concelho de Torres Novas. A organização de Riachos ficou assim mais forte para prosseguir a luta que acabará por impor uma nova política e um novo governo para o Portugal de Abril.

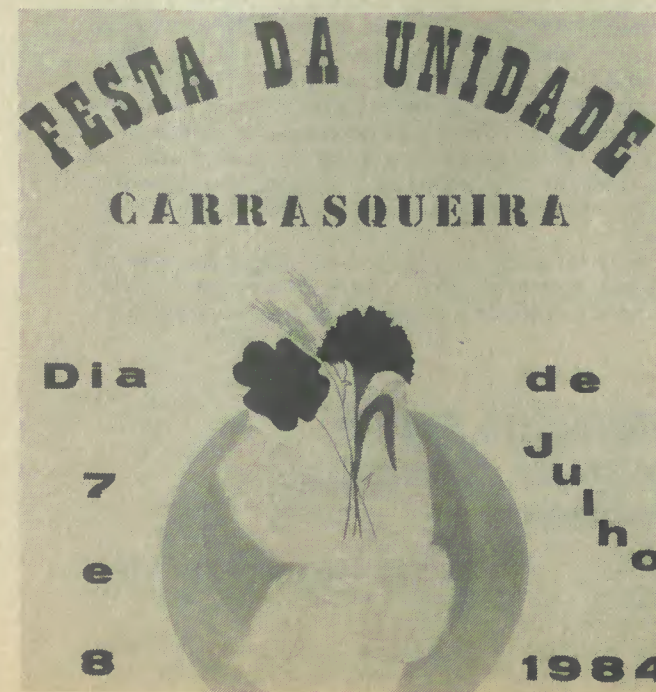
1.ª Assembleia da Célula da UCP Bento Gonçalves

Realiza-se no próximo sábado, dia 7, a 1.ª Assembleia da Célula do PCP da UCP Bento Gonçalves, em que serão delegados todos os trabalhadores comunistas desta UCP. Funcionará das 9 e 30 às 16 e 30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: 1 — Apresentação e discussão do «Balanço»; 2 — Eleição do Secretariado da Célula; 3 — Situação política.

A Assembleia decorrerá nas instalações da UCP, em Gouveia da Estrada, Montemor-o-Novo.

Vale de Cavalos, Rio Maior e Torres Novas

Três localidades do distrito de Santarém, três iniciativas de características diferentes no próximo fim-de-semana: amanhã começa em Vale de Cavalos mais uma edição da Festa do Povo, que se prolongará até domingo com vasta e diversificada



Trabalhadores

Iniciativas descentralizadas reforçam o movimento sindical

● Congresso de Aveiro, Encontro no Porto, Plenário da FP em Coimbra Previdência em Leiria

Porto, Aveiro, Coimbra e Leiria, com iniciativas de âmbito distrital e nacional, revelaram nos últimos dias da semana passada a força descentralizada do movimento sindical unitário. Mostraram a realidade da sua implantação e da sua influência em todo o País. A partir dos problemas concretos das diversas categorias profissionais dos sectores de actividade, o I Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro, o I Encontro da Comissão Coordenadora das CTs da região do Porto, o Plenário da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, em Coimbra, e o III Encontro Distrital de Segurança Social, em Leiria, averbaram resultados exigidos pela actividade prática e pela organização no sentido de alcançar os objectivos sociais que o Governo PS/PSD contraria e impede sempre que pode, pelo que continua na ordem do dia a sua substituição.

Em Aveiro, a União dos Sindicatos/CGTP representa 70 mil trabalhadores sindicalizados do distrito. As empresas abrangidas são 4700 e empregam 100 mil trabalhadores. Tinta e duas estruturas sindicais fazem da USA «a maior organização social deste distrito da Beira Litoral», afirma a União, que aprovou no seu I Congresso um Programa de Acção, elegeu o seu Conselho Distrital para os próximos três anos e votou os Estatutos que no conjunto do seu articulado defendem os princípios fundamentais da CGTP-IN, pugnando pela «unidade dos trabalhadores e a unidade orgânica do movimento sindical, como condição e garantia da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, combatendo todas as acções tendentes à sua divisão».

Resolução política

«Em todos os campos da vida nacional, os reflexos da política que vem sendo seguida pelo actual Governo são profundamente desastrosos e cada vez mais perigosos para o futuro democrático do País.» Baseado em factos do dia-a-dia, este primeiro ponto da resolução política aprovada no

Congresso de Aveiro remete no final para o reforço da luta, «porque só através dela os trabalhadores e outras camadas da população laboriosa conseguirão obter a satisfação das suas reivindicações e manter Portugal nos caminhos de Abril».

Entre as reivindicações de ordem geral e a verificação pormenorizada das carências que este Governo tem agravado, o Congresso destaca, «segundo as mais recentes estatísticas oficiais» que, «dos cerca de 160 700 alojamentos do distrito ocupados por famílias, 72 582, ou seja 42 por cento do total, não dispõem de água canalizada; 17 126 (10,7 por cento) não têm retrete; 70 978 (33,2 por cento) não têm banho; 6408 (4 por cento) não têm electricidade; 477 são barracas; 495 são «habitações de tipo móvel»; 714 são improvisadas».

Quanto ao aumento da repressão nas empresas, o Congresso de Aveiro refere curiosamente que por vezes se recorre «a meios tecnológicos avançados, como sejam os circuitos internos de televisão», enquanto em outras se detecta o «recurso a formas repressivas quase medievais, de que é exemplo o controlo do tempo

de utilização dos sanitários, como acontece em variadas empresas do distrito».

O I Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro, que decorreu em 29 e 30 de Junho no ginásio da Escola Secundária José Estêvão naquela cidade, elegeu 36 trabalhadores do distrito para o Conselho Distrital (órgão coordenador e dinamizador da actividade da USA). Vinte e cinco por cento dos eleitos pertencem ao sector metalúrgico, «o de maior peso social e sindical na região».

Uma maior ligação sindicato-empresa será um dos aspectos fulcrais da «organização», encarada como «condição essencial do êxito da nossa luta» pelo I Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro.

Conclusões de Leiria

As conclusões em 4 pontos aprovadas no III Encontro de Leiria são resumidas pelo Secretariado da respectiva União de Sindicatos com base na sua participação, cujas formas são hoje «meramente consultivas» na gestão da Segurança Social (SS), na «situação financeira» da SS, no «esquema de benefícios» e no «trabalho sindical».



Aumentar a sindicalização, ligar melhor o sindicato à empresa, criar comissões sindicais e intersindicais nos locais de trabalho são algumas das principais tarefas a enfrentar pelos dirigentes eleitos no I Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro no campo da organização

Quanto a este último, «os participantes (72 dirigentes, delegados e activistas sindicais), reconhecendo ser o campo da Segurança Social um dos sectores onde os sindicatos muito têm a melhorar no seu trabalho, deliberam fazer chegar as conclusões (do III Encontro promovido pela União dos Sindicatos de Leiria em 30 de Junho) a todo o aparelho do movimento sindical unitário, de modo que as mesmas possam ser discutidas pelos trabalhadores nas empresas, apoiando-se os sindicatos que ainda para isso não tenham capacidade, e, em função dos resultados obtidos, suscitar o debate público na comunicação social».

Das conclusões destacamos que «o não pagamento à Se-

gurança Social por parte dos patrões é uma forma de auto financiamento, com roubo de dinheiro aos trabalhadores, pois mesmo a chamada «parte patronal» não é mais do que uma contribuição dos trabalhadores», refere uma das alíneas das conclusões do Encontro de Leiria sobre Segurança Social.

A CGTP-IN, numa nota de anteontem, reafirmava entretanto a sua oposição ao «decreto sobre inscrição na Segurança Social». Sublinhava a Central, exigindo a revogação do decreto-lei 124/84 (obrigatoriedade da inscrição do trabalhador na SS), que esse diploma «pode ser encarado como uma maneira hábil de despenalizar empresas fraudulentas e com dividas à Segurança Social, enquanto que os seus tra-

balhadores vêem ainda mais limitados os seus direitos».

Recorda a Inter que as dividas patronais à Previdência (SS) somam já perto de 60 milhões de contos.

Segundo o Encontro, de que referimos acima algumas conclusões, só no distrito de Leiria essas dividas atingem os 2 milhões de contos.

Por seu turno, o Plenário da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, reunido em Coimbra na passada sexta-feira, concluiu que na SS (Previdência), com mais de um milhão de reformas e subsídios por pagar em Maio findo, e com perto de 42 mil processos de reforma suspensos há 20 meses, a situação atinge rapidamente o ponto de ruptura, «devido à falta de verbas».

Poder local

O nó correção

O Governo cumpriu! Com a ratificação, na passada terça-feira, do pacote anti-autárquico — que o PCP, com argumentos críticos que entram pelos olhos dentro, pediu, e que a maioria governamental evidentemente confirmou — tudo o que foi «ameaçado» pelo Governo está agora na Lei. Sem falhar, deixada para os últimos dias talvez para a gente pensar que eles tinham desistido e não dar tempo ao renovar dos protestos, uma das primeiras medidas anunciadas e que mais contestação levantou na altura: a lei de tutela sobre as autarquias, que designadamente alarga as possibilidades de dissolução dos órgãos autárquicos e impede os eleitos envolvidos de se recandidatarem.

Talvez que em nenhuma outra deste pacote o alvo esteja tão claramente a descoberto como nesta lei — e esse alvo é a APU. Se estivesse em vigor, a equipa da APU esmagadoramente reeleita em S. Pedro da Cova, dissolvida que foram pelo MAI os órgãos autárquicos por causa do desaparecimento... de uma pedra do cemitério, não estaria agora a dar continuidade ao trabalho notável desenvolvido durante dois anos. É um exemplo. Outro, de sinal contrário, será (entre os mais falados) a Câmara de Braga ou a de Castelo Branco, onde caracterizados casos de corrupção que envolvem responsáveis autárquicos estão mais que evidenciados, mas impunes e até são por vezes premiados pelo dito MAI.

São, enfim, leis — e práticas — feitas à medida da vesguice política, da discriminação e do autoritarismo que caracteriza toda a actuação do governo PS/PSD.

Tanto quanto, por exemplo, no que respeita às Finanças Locais. Por outro lado, cortes financeiros brutais, novos encargos impostos por outros instrumentos legais deste pacote, uma descapitalização acelerada das autarquias que ameaça paralisar algumas ou colocá-las em situação de ruptura financeira se querem acudir às necessidades mais prementes das populações. Mas, por outro lado, os «sacos azuis», que ainda há bem poucos dias o Governo abriu, por exemplo, para a única Câmara PS do distrito de Évora, a de Reguengos, bafejada com quase 240 mil contos para obras várias. (Recorde-se: pouco menos do que o total afectado a todos os municípios vítimas das cheias de Novembro para recuperação de prejuízos...). A de Reguengos, porque ali se verificarão «graves bloqueamentos» (e para pagar o acordo para o encerramento do ramal da CP, não será?) — «graves bloqueamentos» ao abrigo dos quais o Governo continuará a distribuir benesses pelas autarquias que lhe convém beneficiar.

Mas isto não há «saco azul» que chegue... E «jóias socialistas» como a de Reguengos nesse «deserto alentejano» APU não as há por muito lado. Temos, por outro lado, «a crise». Não só a deles: a real. Pelo que é certo e sabido que de fora não vão ficar unicamente as autarquias APU... E ver-se-á!

Que este pacote anti-autárquico é ainda, mesmo para muitos e muitos eleitos e quanto mais para as populações, terreno a reconhecer. Traduzido na prática — e crualemente no fim do Verão, quando às autarquias couber, por exemplo, prover transportes e acção social escolar, e os órgãos «de todas as cores» (e as respectivas populações) se viem sem meios; quando às autarquias couber, por exemplo (novidade da semana) integrar os ferroviários dispensados («para saneamento da CP») de cerca de 200 estações e apeadeiros que se pretende anular — e as autarquias estão impedidas, por lei, de aumentar as despesas com pessoal; quando, enfim, tudo isto começar a ser vivido, teremos então que se torna evidente que este pacote autárquico, cantado pelo Governo, o sr. ministro do MAI e a sra. Torres Marques, secretária de Estado, mais não é que um nó correção feito para estrangular aceleradamente e generalizadamente o Poder Local democrático.

O esclarecimento do que significa de facto a mobilização das populações, dos eleitos e dos sectores profissionais atingidos para lutar contra ele é pois uma tarefa urgente da cada um de nós na luta que travamos pela demissão deste Governo e a sua substituição por um Governo que respeite os ideais democráticos e de desenvolvimento social da Revolução de Abril e os propósitos consignados na nossa Constituição.

Agrin-Xira 84

Com expositores do sector da Pecuária, Campismo e Caravanismo, Indústria Pesada, Mobiliário e Electrodomésticos, Artesanato e Serviços e ainda a participação da Zona Agrária de V. F. de Xira, da Associação dos Amigos do Tejo e da Reserva Natural do Estuário do Tejo, numa organização da CM de Vila Franca de Xira iniciou-se no domingo e prolonga-se até ao dia 8 a Agrin-Xira 84, um vasto certame que inclui, além das actividades relacionadas com estas zonas da economia, convívios, espectáculos e outras manifestações culturais. Hoje mesmo, à noite, realiza-se no recinto da Feira um espectáculo equestre sob o tema «O Cavalo e o Homem»; no domingo à tarde, o II Festival de Folclore Infantil do Concelho. Os últimos dias — 7, 8 e 9 — coincidem com a tradicional Festa do Coite Encarnado, que também, como é da tradição, inclui, entre muitas outras manifestações culturais e de convívio, esperas de touros na rua e uma Corrida na Praça Palha Blanco.

Entre as tradições, muitas novidades — e uma de monta, que merece ser festejada: Vila Franca de Xira é finalmente uma cidade!

Cultura em Almada

De um vasto programa de cursos de Verão que o Centro Cultural de Almada vai promover este ano, o destaque vai desde já para o Curso de Flauta Bisl, aberto a crianças e jovens dos 8 aos 16 anos. O curso decorre em Julho, todas as terças, quartas e quintas das 14 às 16 horas, e será orientado pela professora Isabel Monteiro. Inscrições: no próprio Centro, Rua Conde de Ferreira 8, telefone 2751121.

Barreiro cidade

Coincidindo com a publicação no «Diário da República» da elevação do Barreiro a cidade, o município organizou para o passado dia 28 uma série de manifestações, dentre as quais coube relevo às festas de rua e à divulgação de documentação sobre a acção municipal e das propostas e propósitos da autarquia para tornar mais digna a cidade do Barreiro e melhor corresponder aos anseios e necessidades dos seus habitantes.

APU à Junta do Campo!

Mais de 80 pessoas, incluindo socialistas, entrevistaram animadamente no encontro promovido pela APU em Campo. Sobre a actual Junta, de maioria PS, choveram as críticas: não acatou a Junta da Câmara os interesses da freguesia, não cumpre as promessas eleitorais. Por resolver: os transportes, o lavadouro de Azenha, a distribuição do correio, o funcionamento eficaz do posto médico, a recolha do lixo, a recolha da água. A intervenção de José Alves, presidente da Junta de S. Pedro da Cova, que estava presente e ali levou exemplos do trabalho nesta freguesia, ajudou a reforçar as das conclusões principais do encontro: em Campo é necessária uma Junta APU!

Concurso de pesca desportiva

UM CENTRO DE TRABALHO
EM
VILA DO BISPO



8 DE JULHO DE 1984

PCP

Sábado e domingo

Festa da Espiga Vermelha no Couço...

No próximo fim-de-semana a freguesia do Couço, no concelho de Coruche, viverá mais uma edição da Festa da Espiga Vermelha, onde para além dos espectáculos, os visitantes vão encontrar vários stands, quermesse, restaurante, mercado da Reforma Agrária, exposições, pavilhão da juventude e... algumas surpresas. Atenção ao programa:

Sábado

08.00 horas — Alvorada; 09.00 — Manhã desportiva: futebol, xadrez, damas,

chinquinho, sueca, etc.; 14.00 — Jogos tradicionais; 16.00 — Gincana de motorizadas; 21.30 — Actuação do cantor Francisco Ceia; 22.30 — Baile até de madrugada animado pelo conjunto «Ponto 5 + 1»; do Trama-gal; 24.00 — Foguetório; 04.00 — Encerramento.

Domingo

08.00 horas — Alvorada; 09.00 — Manhã desportiva: continuação das actividades de sábado; 15.00 — Folclore com os ranchos «Espiga Vermelha», da Volta do

Vale e «Malmequeres do Sorraia», do Couço; 16.30 — Espaço para a criança: com a actuação da simpática «Família Cardoso»; 17.30 — Comício com Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP; 18.30 — Música popular portuguesa: com a actuação do Grupo Etnográfico e Folclórico do Orfeão de Abrantes; 21.00 — Fados e guitarradas: com fadistas amadores do Couço; 22.00 — Baile com o conjunto: «Os Turbo», do Couço; 01.00 — Encerramento da Festa.

... e Festa da Amizade em Faro

Também no próximo fim-de-semana vai realizar-se a já tradicional Festa da Amizade em Faro, na esplanada do S. Luís Parque. Esta iniciativa promovida pela Comissão Concelhia do PCP tem o seguinte programa:

Sábado

Abertura às 19 horas; projecção de filmes e de diaporamas; provas desportivas diversas; programa de variedades com a participação do grupo «Xacara»,

Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos; a noite finalizará com um baile animado pelo conjunto «Stratus».

Domingo

Abertura às 10 horas; venda de produtos agrícolas; torneios de futebol, ténis de mesa e xadrez; às 17, colóquio sobre «o 25 de Abril na Literatura Portuguesa» com Urbano Tavares Rodrigues; às 20, classe de ginástica do Náutico do Guadiana; às 21, actua-

ção do conjunto José Manuel/Moenho-Moraes, com música afro-brasileira; às 21.30, intervenção política com Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do CC; às 22, Fernando Tordo encerrará a Festa com o seu espectáculo. Como habitualmente, nos dois dias da Festa funcionarão uma quermesse e um serviço de bar com petiscos da região. Nesta iniciativa participam as comissões concelhias de Loulé e Olhão do PCP, bem como a JCP.

Comunistas da FP/Lisboa

Para discutir e dinamizar as campanhas que decorrem a nível nacional — recrutamento e reforço das células —, os trabalhadores comunistas da Função Pública de Lisboa realizam uma importante reunião no próximo dia 11 (quarta-feira), às 19 horas, no CT de Alfama.

Dez anos de actividade editorial do Partido

É inaugurada no próximo sábado no CT Vitória, em Lisboa, uma exposição sobre os 10 anos de activi-

de editorial do Partido. Para além dos materiais expostos — evocando o que de mais importante se publicou neste período —, o certame, que se prolongará até dia 13, inclui uma banca para vendas de promoção, um debate no dia 12 às 21 horas com a participação de responsáveis da actividade editorial e ainda um convívio às 18 horas do dia 13 com escritores, iniciativa que compreenderá uma sessão de autógrafos e um recital de poesia com destaque para os Sonetos de Ary dos Santos.

Organização Concelhia de Ílhavo

Os comunistas de Ílhavo vão encontrar-se já no próximo sábado na sua 1.ª Assembleia da Organização Concelhia. O início dos tra-

balhos está marcado para as 14 e 30, no CT local (Rua Direita, 131). O debate de um documento de orientação política e a eleição da nova Comissão Concelhia do Partido são dois pontos salientes da Assembleia das camaradas deste concelho do litoral aveirense.

Organização Concelhia de S. Tirso

Vai realizar-se em 29 de Julho, na Escola Secundária n.º 2 (do Arco), em Santo Tirso, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP. Com a eleição, praticamente realizada, dos cerca de 130 delegados à Assembleia, o trabalho preparatório prossegue agora com a discussão do projecto de resolução política que estará nas organizações a partir de sábado.

Terra

8.ª Conferência da Reforma Agrária

- Comício e desfile em Évora
- Grande jornada de solidariedade

A pouco mais de uma semana da sua realização ultimam-se os preparativos para a 8.ª Conferência da Reforma Agrária, a decorrer no Rossio de S. Brás em Évora. Praticamente concluído o processo de eleição dos dois mil delegados e a discussão dos cinco temas que estarão em debate durante os dois dias de trabalho, trata-se agora de concluir todas as tarefas relacionadas com os aspectos técnicos decorrentes de uma iniciativa com este vulto (desde o erguer de estruturas até à organização de serviços) de forma a acolher e a propiciar as melhores condições aos delegados e convidados.

Nesta recta final acertam-se igualmente as últimas agulhas na organização das excursões que de todo o País levarão a Évora a palavra fraterna e solidária dos trabalhadores portugueses, participando no comício e no desfile que percorrerá as ruas da cidade.

No decorrer dos trabalhos, cujo início está marcado para as nove horas de sábado terminando às 13.30 horas de domingo estarão em debate questões como a defesa da Reforma Agrária, o aumento da produção e a modernização da agricultura, a organização e defesa das UCP's/Cooperativas Agrícolas, a luta pelo tra-

balho contra a fome e a exploração, uma nova política para a agricultura.

O intenso trabalho preparatório que desde há vários meses tem vindo a ser desenvolvido permite concluir desde já — e esta é uma convicção segundo apurámos, quer da comissão organizadora quer dos trabalhadores das unidades de produção — que a 8.ª Conferência constituirá «um momento de reflexão e análise séria e rigoroso» sobre o estado da nossa agricultura, e designadamente da Reforma Agrária sobre o seu papel no contexto da economia nacional.

Sem apoio à agricultura não há desenvolvimento

— recordado em debate promovido pela CNA

«Desenvolver a agricultura, reduzir o défice externo e relançar a economia» constituíram os temas que estiveram no centro de um debate realizado no último sábado no Instituto Superior de Economia de Lisboa por iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Prolongando-se durante todo o dia os trabalhos contaram com a participação de mais de uma centena de pessoas entre agricultores, economistas, investigadores, técnicos agrícolas e professores universitários.

As comunicações apresentadas pelos oradores ao longo do debate puseram em destaque questões tão importantes como o papel da agricultura «num projecto de desenvolvimento em Portugal», a «crise da agricultura e problemas da integração e do desenvolvimento do sector agrícola», a «pequena agricultura e o desenvolvimento económico», a «crise agrícola e dependência

externa no processo histórico português contemporâneo», o «papel do aparelho de Estado e os aspectos institucionais», a «política de preços e comercialização», o «investimento no sector agrícola», e a «transformação dos produtos agrícolas».

Numa intervenção subordinada ao tema «desenvolver a agricultura é essencial para o País», com que seriam encerrados os trabalhos, um dirigente da CNA chamou a atenção para a absoluta necessidade de se «encarar o aproveitamento integral dos recursos nacionais», orientação esta que terá de passar necessariamente por um apoio decidido ao «desenvolvimento da agricultura», levando em conta «os agricultores que somos e as explorações agrícolas que temos». Nesse sentido, acentuou o orador, há que «dar prioridade ao investimento no sector agrícola e travar o processo de descapitalização progressiva

da agricultura».

Passando em revista alguns dos aspectos que caracterizam a actual situação no domínio da lavoura, o representante da CNA considerou que a «crise imposta à nossa agricultura» não se limita a arruinar os agricultores. Em seu entender esta política vai mais longe: «compromete o futuro das suas exportações, coloca Portugal na crescente dependência alimentar do estrangeiro, obriga a um endividamento externo cada vez maior, agrava um dos problemas centrais da economia do País — o desequilíbrio das contas com o exterior».

Dai a urgência de se proceder a uma viragem sem a qual «a crise da economia portuguesa não pode ser ultrapassada». «As reclamações dos agricultores e das suas organizações — referiu ainda — são, sob esse aspecto, inteiramente coincidentes com os interesses dos portugueses e da economia nacional».

Internacional

Fracasso do «desafio democrático» de Mário Soares, Reagan e CIA

O desafio foi no «Jardim de Inverno» de um hotel de luxo de Lisboa e nele entrevistaram mais de uma centena de participantes. Ao contrário do que se poderia esperar não se tratou de uma equipa homogênea para grande desgosto e frustração do imoderado moderador Soares. É até legítimo afirmar que o «desafio democrático» teve muito mais democracia do que a prevista, malgrado a «fminica» defesa a cargo de Soares, do patrocínio da CIA através de Irving Brown, da apologia kissingeriana feita por Lane Kirkland (presidente da central sindical norte-americana AFL-CIO) e do anticomunismo primário de monsenhor Bismarck Carballo, representante do clero mais reaccionário de Manágua.

Falamos, obviamente, da degradante iniciativa da Fundação de Relações Internacionais (PS) a que Mário Soares presidiu nos dias 29 e 30 do mês passado, e a que pomposamente se chamou «desafio democrático na América Latina».

Degradante para Portugal pelas vergonhosas posições defendidas pelo Primeiro-Ministro (vá-se lá saber onde começa e acaba a sua distinção com a de secretário-geral do PS) e os representantes chegados de Reagan, mas ao mesmo tempo profundamente esclarecedora das divergências crescentes entre os seguidores incondicionais do imperialismo americano e os que, apesar de tudo, ainda conservam um pouco de dignidade nacional.

O desafio começou mal logo à partida. Algumas das presenças mais importantes não se verificaram, como o caso do primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzalez, e outras não se puderam concretizar como a do contra-revolucionário Alfonso Robelo, dirigente da ARDE, já que a sua prevista vinda a Lisboa suscitou indignação de muitos representantes latino-americanos.

O fracasso da iniciativa começou a desenhar-se logo no início dos trabalhos quando

Mário Soares, numa intervenção pretensamente sobre a necessidade do diálogo e conservação entre a Europa, a América Latina e os EUA, elogiou entre outras coisas o **papel importante do movimento sindical norte-americano para encontrar soluções concertadas para lutar contra os extremismos e os radicalismos** e referiu a **ajuda do FMI na estabilização** da economia portuguesa. Soares foi ainda mais longe ao considerar que a sua experiência neste campo lhe conferia **alguma autoridade** para analisar os problemas da América Latina.

Uma tal afirmação, numa altura em que a generalidade dos países latino-americanos estão à beira do colapso total devido justamente ao FMI e outras organizações de crédito internacionais, é não só um erro político como uma clara ingerência nos assuntos internos de países que procuram outras vias para a sobrevivência. Mas mais importante ainda foi o que Soares não disse e que outros participantes não deixaram de fazer notar.

O fracasso do desafio acentuou-se com a intervenção do presidente da AFL-CIO, defensor e colaborador do plano Kissinger para a América Latina,

cujas «soluções» defendeu. Para quem tenha esquecido, recorda-se que tais soluções passam pelo aumento dos investimentos e da intervenção armada norte-americana no subcontinente.

Chega a ser caricato ter de reconhecer que a demagógica intervenção do presidente da Costa Rica — país onde a CIA e os contra-revolucionários nicaraguenses continuam a manobrar à vontade — foi a única da sessão de abertura que condenou **as ingerências externas na América Latina e o apoio dado pelo imperialismo económico às oligarquias...**

Contra esta condenação formal e dúbia outras se levantaram muito a sério e claramente, dando o golpe de misericórdia ao sujo trabalho que Mário Soares se prestou fazer aos Estados Unidos.

O que Soares não disse

Lamento que os representantes da Frente Sandinista e do Grupo Contadora (México, Colômbia, Panamá e Venezuela) não estejam aqui, pois eu gostaria de ser informado por todos e não apenas pelo lado dos americanos. Estas palavras de Uwe Holtz, vice-presidente da comissão de relações internacionais do SPD, da RFA, caíram como um balde de água fria entre os que no encontro de Lisboa (e em particular os 15 por cento que faziam parte da delegação norte-americana) pretendiam ver reforçada a política latino-americana da administração Reagan. Mas tal como Uwe, que deixou claro que **esta conferência não é uma conferên-**



Extraído do jornal «Barricada», órgão oficial da Frente Sandinista

cia da Internacional Socialista demarcando-se assim das posições reaccionárias ali defendidas, também o representante do MNR de El Salvador, o presidente do Instituto Ibero-Americano (Madrid) e o representante pessoal do presidente argentino Raul Alfonsín, só para citar alguns, deixaram claro o seu desacordo com as teses de Reagan.

O diplomata argentino não só condenou a presença das tropas norte-americanas na América Central como em qualquer parte do mundo, como acusou os EUA de não estarem a ajudar a América Latina; **pelo contrário**, disse, **nós é que estamos a financiar o enorme défice norte-americano.**

O grande erro dos promotores desta conferência, na sua ânsia de apoiar o imperialismo norte-americano, foi não prever que mesmo entre os sociais-democratas, democratas-cristãos e liberais latino-americanos a gravidade da situação do subcontinente se faz sentir de uma forma ou de outra, afastando-os da política da Casa Branca.

Foi acreditar que a invasão de Granada não deixou marcas profundas; que a minagem dos portos da Nicarágua e a guerra não declarada ali conduzida pela CIA, internacionalmente condenadas, não são entendidas como um perigo comum; que o apoio e intervenção dos EUA em El Salvador, a militarização das Honduras, a defesa

das ditaduras mais abjectas podem continuar impunemente sem afectar a opinião latino-americana. E foi, sobretudo, esquecer a responsabilidade dos EUA na gravidade da situação económica da generalidade dos países latino-americanos, designadamente com o aumento das taxas de juro, agravadas de novo nas vésperas da conferência.

A forma grosseira com que Mário Soares pretendeu servir o **desafio democrático** (a que nem faltaram as mentiras descaradas, como a hipótesia presença do embaixador da Nicarágua) não convenceu ninguém. O seu socialismo está há tanto tempo na gaveta que as traças já deram cabo dele...

Portugal e a CEE

Uma perspectiva contrária aos interesses nacionais

A reunião de Fontainebleau terminou com o que os propagandistas da CEE apontam como um êxito. Na perspectiva de um sério golpe na CEE, como estrutura, foi possível resolver, para já, o problema imediato da contribuição britânica para o orçamento da comunidade, e apontar uma data para a eventual admissão de Portugal e Espanha à CEE.

Encerrados os trabalhos da Cimeira, Mitterrand ocorreu a Portugal, seguindo-se Espanha, num gesto que não pode deixar de ser considerado como de apoio externo a uma política antipopular, que carece de forma crescente de apoios internos.

O corrupção continua, e seguiu-se a vez de Gaston Thouri, presidente da Comissão das Comunidades Europeias, que esta semana passou por Lisboa para participar nos habituais encontros (segretos para

mineiros na Grã-Bretanha aos significativos resultados das eleições para o Parlamento Europeu.

Crise, aliás, reconhecida pelos próprios dirigentes da comunidade.

vens) se possam identificar, nomeadamente no que respeita ao desemprego, à recuperação económica, etc. Um instrumento como o Fundo Social Europeu, por muito útil que seja, pouco mais faz do que distribuir «migalhas» para projectos de ajuda desenvolvidos a nível nacional. Não admira que os cidadãos europeus tenham dificuldade em identificar-se com a Comunidade e mais ainda com os deputados europeus.

Problemas é o que não falta

Um dos problemas que se destaca entre os muitos que a eventual entrada para a CEE de Portugal acarretaria ao nosso país, é o problema agrícola. Pelo que vale a pena referir algumas questões, a mero título de exemplo.

Um primeiro facto — segundo as estatísticas, em cada 12 minutos desaparece uma exploração agrícola na CEE. Tendo em conta que no conjunto dos países da CEE, apenas 8,7 por cento da população activa está ocupada no sector agrícola, enquanto em Portugal essa percentagem se eleva a 28%, fácil é deduzir que custos sociais e humanos acarretará a política nesse domínio seguida pela CEE (como aliás noutros).

Um outro facto — mercado comum trava artificialmente, em função dos interesses dos grandes monopólios, certos tipos de produção agrícola. Assim, a Itália poderia auto-abastecer-se totalmente do leite, mas a RFA aumentou as suas exportações deste produto para a Itália em 21 por cento e as de queijo em 28 por cento, pondo em causa a viabilidade de explorações agrícolas e pecuárias italianas.

Mas não se pense que são os camponeses da RFA quem ganha com esta política. Em Fevereiro de 1980, registaram-se acções de protesto de camponeses em 150 cidades oeste-alemãs. Mais de 30 mil pessoas participaram em manifestações na Baviera e Baixa Saxónia, os dois Estados da Federação que fornecem o fundamental da produção agrícola. As razões são simples: os rendimentos reais dos camponeses oeste-alemães diminuíram 25 vezes em comparação com os auferidos há cinco anos.

A questão agrícola é um dos problemas — graves — da CEE. Mas está bem longe de ser o único. Afectando de forma não menos brutal os trabalhadores dos países da CEE,

temos o desemprego que, segundo números oficiais, atinge 12 milhões de pessoas.

Testemunho da gravidade e da amplitude de tal problema são as múltiplas lutas que se têm vindo a desenvolver na Europa capitalista, em França, na Itália, na Bélgica, na RFA, na Grã-Bretanha.

A luta dos mineiros da Grã-Bretanha — que prossegue, e actualmente conta também com a solidariedade dos trabalhadores ferroviários — é particularmente significativa. Pelas razões que a determinam: os planos de encerramento de 20 minas e de supressão de 20 mil postos de trabalho. Pelos métodos que a nível governamental têm sido utilizados contra os mineiros: da chantagem e esforçadas tentativas de divisão à brutalidade repressiva (basta referir que numa das cargas policiais resultaram 51

feridos). Um exemplo do verdadeiro conteúdo da «democracia» na CEE.

Neste contexto — e como sintoma — facilmente se compreendem os resultados das eleições para o Parlamento Europeu que, em termos gerais, se caracterizam por uma acentuada abstenção (apesar de o voto ser obrigatório nalguns países participantes) e uma relativa perda de posições dos partidos empenhados na política desenvolvista pela CEE e na política militarista de Reagan.

A eventual entrada de Portugal na CEE só pode entusiasmar quem está interessado na defesa dos interesses do grande capital, quem necessita de recorrer ao apoio político externo, à minguada de apoio interno, e assim põe em cheque os mais elementares interesses nacionais.

Por isso o PCP reafirmou

uma vez mais a sua oposição a tal projecto. Reflectindo essa posição, Carlos Brito afirmou, em declarações à Anop, que «não temos nenhum motivo para nos regozijar com factos ou atitudes que marchem nessa direcção (da integração na CEE)», sublinhando entretanto que «entre os propósitos anunciados em Fontainebleau de estabelecer como meta para a adesão de Portugal e Espanha o mês de Janeiro de 1986 (antes estiveram previstas as metas de Janeiro de 1983 e, depois, Janeiro de 1984) e a verdadeira concretização da adesão, ainda vai acontecer muita coisa, ainda vai correr muita água debaixo das pontes».

Na verdade, a perspectiva de adesão do nosso país à CEE, só poderá ter uma consequência: o agravamento de todos os problemas, bem sérios, que já hoje vivemos.

Kim Il Sung em países socialistas

A solidariedade mútua entre países socialistas, a troca de experiências concretas, o debate comum de questões internacionais, são elementos fundamentais, não só para o próprio reforço do socialismo, como para a melhoria do clima e da situação internacional.

Neste quadro se insere a recente visita do camarada Kim Il Sung, secretário-geral do Partido do Trabalho da Coreia e dirigente da República Popular Democrática da Coreia a sete países socialistas da Europa: a União Soviética, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Polónia e RDA. Visita que reflecte o actual significativo empenho dos comunistas coreanos na aproximação com os outros partidos e povos da comunidade socialista.

Nos encontros realizados entre a delegação da República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e dirigentes de Partidos e de Estados dos vários países socialistas foi particularmente destacada a importância do estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre países socialistas (entre irmãos de classe, como disse Kim Il Sung), na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

«A força do socialismo está na sua unidade e colaboração — salientou o dirigente coreano em Moscovo — as forças socialistas, unidas e, como tal, com um poderio invencível, poderão fazer frente às forças coligadas do imperialismo».

Unidade e colaboração que passa pela solidariedade mútua, de que foi expressão, não só o apoio à persistente luta pela paz desenvolvida pela comunidade socialista e pela URSS em particular, como ainda aos grandes esforços desenvolvidos pela Polónia socialista para superar os seus problemas próprios e fazer frente à acção contra-revolucionária alimentada pelo imperialismo. «Os imperialistas não podem, não podem e não poderão nunca afastar a Polónia do caminho do socialismo», disse Kim Il Sung em Varsóvia.

A profunda solidariedade com a RPDC e com os esforços desenvolvidos com vista à reunificação pacífica do país e, simultaneamente, por um clima de paz na zona — foi outra das tónicas de todos os encontros havidos.

«As iniciativas pacíficas da RPDC com vista ao desanuviamento na Coreia, no Extremo-

-Oriente são bem conhecidas. A opinião mundial reagiu positivamente à proposta da República Popular da Mongólia de conclusão de uma convenção sobre não-agressão mútua a não-recorso à força nas relações entre os Estados da Ásia e do Pacífico. Aprovamos sem reservas a posição construtiva e as iniciativas pacíficas do Vietnam, do Lao e do Kampuchéa que, opondo-se corajosamente aos ataques do imperialismo e do hegemonismo na Ásia do Sul, apelam à compreensão mútua e à normalização das relações entre os Estados desta região e à sua transformação numa zona de paz e de estabilidade» destacou o camarada Tchernenko, numa referência global às diversas iniciativas de Paz na zona.

Expressão concreta da importância e da necessidade de estreitamento de laços de amizade e cooperação entre os países socialistas foram os convites, aceites, a dirigentes da Europa socialista par visitarem a Coreia, e a assinatura de um tratado de amizade com a RDA, para além da revitalização do assinado com a URSS há 23 anos.



Fascismo na Turquia — A ditadura turca presidida pelo general Evren emitiu nos finais do mês passado mandatos de prisão contra 56 dos 1399 intelectuais que assinaram uma petição ao presidente da República pelo respeito dos direitos democráticos na Turquia.

Entre a entrega da petição, em 15 de Maio, e o início das investigações contra os signatários, não decorreu mais do que uma semana; neste pequeno espaço de tempo, o presidente Evren — cuja política de «retorno à democracia» tem sido louvada por Ronald Reagan, convém não esquecer — não deixou de acusar os intelectuais de defenderem interesses contrários aos interesses nacionais, de prosseguirem intuítos subversivos e outras coisas que tais.

Os mandatos de prisão — visando, entre outros, jornalistas, professores universitários e um director de cinema — constituem o corolário da acção repressiva que vem sendo seguida pela ditadura turca, onde as condenações à morte estão sempre na ordem do dia, apostada em não admitir qualquer voz discordante no país, ainda que se trate de destacadas personalidades. Importa referir ainda que todos os professores que subscreveram a referida petição foram despedidos dos respectivos empregos ou forçados a pedir a demissão.

Entretanto, uma intensa campanha de solidariedade para com os democratas turcos foi desencadeada em toda a Europa e também nos Estados Unidos. Mais de 2000 personalidades e intelectuais assinaram uma declaração de apoio à petição dos intelectuais turcos, protestando contra a repressão de que aqueles são vítimas. Entre os signatários portugueses salientam-se os nomes do marechal Costa Gomes, Maria de Lourdes Pintasilgo, Rui Luís Gomes, Eugénio de Andrade, Oscar Lopes, Armando de Castro, Sérgio Godinho, Luís Cília e muitos outros.

Tentativa de golpe na Bolívia — A Bolívia foi palco no passado fim-de-semana de uma série de incidentes pouco claros, que foram desde uma rebelião de militares em Cochabamba ao sequestro e libertação do presidente Siles Zuazo.

Tentativa de golpe de estado? Manobra intimidatória contra o presidente boliviano cujo governo decidiu recentemente interromper os pagamentos da sua dívida externa a bancos privados estrangeiros? Acção falhada dos meios ligados ao tráfico de drogas? Estas algumas das questões que se podem colocar face à complexa situação e para que de momento não existem ainda respostas.

O que se sabe é que o Alto Comando Militar da Bolívia se afirmou fiel «à defesa do processo democrático», garantindo a fidelidade das Forças Armadas aos seus comandantes, e que a libertação de Siles Zuazo foi saudada por milhares de manifestantes, o que o presidente considerou «uma prova de unidade nacional e revolucionária».

A insólita notícia de que o governo de La Paz havia concedido os salvo-condutos aos seis civis que participaram no sequestro do presidente, permitindo assim a sua saída do país, é mais um dado da complexa situação boliviana a exigir meditação. A afirmação de Siles Zuazo, após a sua libertação, de que **quando se é forte há que ser generoso**, para explicar a entrega dos golpistas civis na embaixada da Argentina, que os recebeu por questões humanitárias mas não lhes concedendo asilo político, não pode ser desligada duma outra em que os mesmos elementos são classificados como **uns pobres diabo**s que **não são os autores do plano de sequestro**.

O que deixa a convicção de que muito há ainda que explicar sobre os acontecimentos recentes na Bolívia...

Pirataria israelita — Duas unidades navais israelitas atacaram na passada sexta-feira o navio de carreira «Alizur Blanco», raptando nove dos 63 passageiros. O navio, que fazia carreira entre Chipre e Beirute, foi forçado a desviar-se para o porto de Haifa, à norte de Israel, onde passageiros e tripulantes foram interrogados, ficando presos oito cidadãos libaneses que regressavam ao seu país e um sírio.

Este autêntico acto de pirataria, bem revelador da política de terrorismo de Estado prosseguida pelos sionistas, foi «explorado» pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel como fazendo parte da «inacabada guerra contra o terrorismo da Organização de Libertação da Palestina», uma vez que as autoridades israelitas consideram que «a guerra contra o terrorismo é um dever de todos os países civilizados».

E civilização, para os sionistas, é infringir todas as leis internacionais, interceptar barcos de passageiros em águas territoriais estrangeiras, raptar pessoas!

Ainda segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, o ataque ao «Alizur Blanco» foi uma «manobra defensiva» uma vez que o governo sionista «pensou» que o navio transportava combatentes palestínios de regresso ao Líbano.

Muitos adjectivos poderiam classificar a actuação sionista que com uma frequência cada vez maior vem demonstrando o seu desprezo pelas normas de convivência internacional. Mas o que de momento parece mais importante é fazer notar a «coincidência» deste acto de pirataria com a realização em Washington de uma «conferência contra o terrorismo», em que a administração Reagan pretende arregimentar os seus aliados na defesa do combate ao «terrorismo» em qualquer parte do mundo que os interesses vitais norte-americanos sejam postos em causa.

Coincidência? Seria muita ingenuidade acreditar em tal.

Farsa eleitoral na Guatemala — A ditadura guatemalteca levou a cabo no passado domingo uma farsa de eleições gerais no âmbito do chamado processo de retorno ao poder civil, a que se deverá seguir no próximo ano eleições presidenciais.

A farsa — que outro nome não pode ser dado às pretensas eleições num país que vive há vários anos em permanente guerra civil, dominado pela mais feroz repressão da ditadura militar e onde não são respeitados os mais elementares direitos humanos — concorreram nada mais nada menos do que 17 partidos com aval dos militares, para disputar os 88 lugares da chamada Assembleia Constituinte. As forças de esquerda não participaram nesta manobra que visa objectivamente perpetuar as forças ditatoriais no poder, sob a capa da legalidade.

Tanto o PSD (Partido Socialista Democrático), membro da Internacional Socialista, como as quatro organizações guerrilheiras agrupadas na União Revolucionária Nacional Guatemalteca (UNRG), que actuam na mais rigorosa clandestinidade, denunciaram a fantochada das recentes eleições.

Uma fantochada que se inscreve plenamente no estreitamento das relações entre a Guatemala e o imperialismo norte-americano, em particular no que respeita à militarização daquele país. E não deixa de ser curioso assinalar que quem aparece como intermediário é o Estado sionista de Israel, como ainda recentemente foi denunciado pelo boletim «Cari-Gua» dos patriotas guatemaltecos no exílio.

Mais de três centenas de conselheiros militares israelitas — revela o boletim — **encontram-se na Guatemala**, incluindo especialistas na luta antiguerrilha. Elevado número desses instrutores entram no país sob a **capa de conselheiros agrícolas e a sua actividade vai desde o treino militar à construção de infra-estruturas militares**.

Como afirmou em dada altura o chefe de Estado-Maior do Exército guatemalteco sob os governos de Rios Montt e Mejias Gutierrez, general Hector Lopez Fuentes, **Israel é o nosso principal fornecedor de armas e o amigo número um da Guatemala**.

A Reagan cabe o papel de aplaudir o «retorno à democracia»...



São os trabalhadores que pagam a parte de leão do preço da crise

o povo português, onde entretanto se define muito do seu futuro), chamados de reuniões de trabalho.

Na verdade a CEE e o Governo português têm pressa. Não por motivos de ordem económica, pois já múltiplas vezes foi discutida a complexidade dos problemas que se vão colocar ao nosso país e à própria CEE. Mas por óbvias razões políticas — de quem quer encaixar Portugal nos esquemas da Europa dos monopólios.

Mas que «êxito» é este? Para que minimundo se nos pretende empurrar?

Que é um mundo de crise ninguém tem dúvidas. Indicando de forma indelével os factos — do desemprego à destruição de ramos importantes da economia, das imensas dificuldades na agricultura à degradação das condições de vida, da repressão contra os

Garrett Fitzgerald, primeiro-ministro da Irlanda, país que sucede à França na presidência da CEE, salientou, em discurso perante o Parlamento, que os inúmeros problemas da comunidade colocam como questão prioritária o seu relançamento e alertou ainda — o que é particularmente significativo — para a necessidade de preparar a CEE para a possível **quebra** da taxa de crescimento da economia norte-americana, e as suas graves consequências na Europa.

E o dinamarquês Piet Dankert, presidente cessante do Parlamento Europeu, diz numa entrevista, em referência ao manifesto desinteresse da juventude da Europa capitalista pela CEE: «Reconheço que esta importância (a da CEE) é difícil de determinar, uma vez que a Comunidade não desenvolveu praticamente nenhuma política com que eles (os jo-